



Ministério da Saúde

**FIOCRUZ**  
**Fundação Oswaldo Cruz**



ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA  
SERGIO AROUCA  
ENSP

Camila Athayde de Oliveira Dias

**“Comida é cuidado”**: cartografias interseccionais e decoloniais sobre o trabalho e a saúde  
das trabalhadoras da comida de rua em Duque de Caxias/RJ

Rio de Janeiro

2023

Camila Athayde de Oliveira Dias

**“Comida é cuidado”**: cartografias interseccionais e decoloniais sobre o trabalho e a saúde das trabalhadoras da comida de rua em Duque de Caxias/RJ

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Saúde Pública, da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, na Fundação Oswaldo Cruz, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Saúde Pública. Área de concentração: Sociedade, Violência e Saúde.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Cristiane Batista Andrade.

Coorientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Fernanda Mendes Lages Ribeiro.

Rio de Janeiro

2023

Título do trabalho em inglês: "Food means care": intersectional and decolonial cartographies of work and health of street food workers in Duque de Caxias/RJ.

O presente trabalho foi realizado com apoio de Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) - Código de Financiamento 001.

D539e      Dias, Camila Athayde de Oliveira.  
"Comida é cuidado": cartografias interseccionais e decoloniais sobre o trabalho e a saúde das trabalhadoras da comida de rua em Duque de Caxias/RJ / Camila Athayde de Oliveira Dias. -- 2023.  
82 f. : mapas.

Orientadora: Cristiane Batista Andrade.  
Coorientadora: Fernanda Mendes Lages Ribeiro.  
Dissertação (Mestrado Acadêmico em Saúde Pública) - Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Rio de Janeiro, 2023.  
Bibliografia: f. 72-75.

1. Trabalho. 2. Enquadramento Interseccional. 3. Mulheres Trabalhadoras.  
4. Cuidado. 5. Decolonialidade. I. Título.

CDD 331.12

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da Rede de Bibliotecas da Fiocruz com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Bibliotecário responsável pela elaboração da ficha catalográfica: Cláudia Menezes Freitas - CRB-7-5348  
Biblioteca de Saúde Pública

Camila Athayde de Oliveira Dias

**“Comida é cuidado”**: cartografias interseccionais e decoloniais sobre o trabalho e a saúde das trabalhadoras da comida de rua em Duque de Caxias/RJ

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Saúde Pública, da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, na Fundação Oswaldo Cruz, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Saúde Pública. Área de concentração: Sociedade, Violência e Saúde.

Aprovada em: 03 de abril de 2023.

Banca Examinadora

Prof.<sup>a</sup> Dra. Silviane Ramos Lopes da Silva  
Universidade do Estado de Mato Grosso

Prof.<sup>a</sup> Dra. Patrícia Castro de Oliveira e Silva  
Universidade do Grande Rio

Prof.<sup>a</sup> Dra. Roberta Gondim de Oliveira  
Fundação Oswaldo Cruz – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca

Prof.<sup>a</sup> Dra. Fernanda Mendes Lages Ribeiro (Coorientadora)  
Fundação Oswaldo Cruz – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca

Prof.<sup>a</sup> Dra. Cristiane Batista Andrade (Orientadora)  
Fundação Oswaldo Cruz – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca

Rio de Janeiro

2023

## AGRADECIMENTOS

Uma graduação dentro de outra, em um governo fascista, atravessada por uma pandemia. E aí um mestrado acadêmico, que doideira! Sonhar com a pesquisa está no meu coração desde a primeira semana que pisei em uma universidade, aos dezoito anos. Hoje permaneço graças à caminhada coletiva de quem acredita e investe no desenvolvimento científico, porque aposta e vive uma educação política, democrática e de práticas libertadoras.

Se ainda insisto na academia e sonho em continuar a caminhada como pesquisadora é porque Dr<sup>a</sup> Fernanda Mendes Lages Ribeiro e Dr<sup>a</sup> Cristiane Batista Andrade, ou Cris e Fer, que me acompanham desde o PIBIC, estão comigo no trabalho, na educação e na vida. Em uma academia conhecida pelas relações de poder entre orientadores(as) e orientandos(as), a maior insurgência que a gente comete começa no amor e no respeito mútuo. Agradeço mais do que tudo a vocês pela parceria, acolhimento, afeto e por continuarem acreditando comigo em uma educação antirracista, libertária e latino-americana.

À querida banca de defesa formada por incríveis mulheres, Dr<sup>a</sup> Patrícia Castro, que importante a sua recuperação; à Dr<sup>a</sup> Roberta Gondim, querida, precioso achado na Escola Nacional de Saúde Pública, com quem tive e ainda pretendo ter muitas trocas nessa luta antirracista; à Dr<sup>a</sup> Silviane Ramos, descendente de Tereza de Benguela, dona de uma fala hipnotizante e de quem me considero amiga de tanto a Cris falar bem. À querida Dr<sup>a</sup> Anna Marina Barbará, professora de Ciência Política que, de tantas trocas riquíssimas nas milhares de aulas dela que me inscrevi ao longo da graduação em Ciências Sociais, demos uma boa liga e fizemos amizade.

À grande amiga e parceira de escrita, a psicóloga Thuane Rosa, sinistra de Bel, que acompanhou cada pedacinho dessa pesquisa. Do pré projeto à versão final, contribuiu com suas incríveis análises e engajou nessa coisa absurda que é pobre metido a querer estudar.

À minha companheira Kelly de Fátima, essa deusa que caminha comigo e com as vozes da minha cabeça. Agradeço a parceria e o bom humor para segurar essas e outras marimbadas da vida. Te amo.

Aos amados amigos da BXD, parceiros de cupinzama acadêmica, professora Júlia - Mano- Gatto de Nova Iguaçu, cientista social, comentarista de críticas e afetos aos meus trabalhos. Na boca dela sou especialista em tudo; Thaíssa Kratochwill, de Nova Iguaçu, um achado no CLAVES, grande parceria de revolta e produção acadêmica que fez ótimas contribuições com este trabalho ao longo da formação; Rafael Dutra, psicólogo de Caxias, grande parceiro de atuação numa clínica política, acolhedor das minhas neuroses; Marlon Santos Di-

as, de Caxias, vizinho de porta desde que nasceu, turismólogo, pesquisador que trouxe essa sacada genial dos sujeitos-cupins, com quem tenho profundas reflexões; Denise Meireles, psicóloga de Caxias, com quem tenho incríveis trocas sobre mulheres no trabalho informal, corre que fez durante boa parte da vida para sustentar a cria até que conseguisse realizar o sonho de se formar; professor Thales Oliveira, geógrafo de Bel, querido amigo com quem divido muitas revoltas sobre educação e política; Dr. Adriano da Silva, bibliotecário pesquisador de Caxias que encontrei no CLAVES, “a segunda melhor pessoa que vão conhecer depois de mim”. Gente da melhor qualidade que corrói e compromete as estruturas sociais todos os dias.

Às manas do Laboratório Antígona, as filósofas Samira Luz e Victória França, mulheres incríveis, feministas incansáveis na luta por uma academia decolonial e grandes amigas. À Naiara Rezende, querida parceira de longas conversas, que contribuiu com o lindo design da apresentação da defesa. Que bonito encontro esse nosso.

Por fim e não menos importante, agradeço de todo o coração cada uma das incríveis vendedoras, que pararam um pouquinho das suas correrias para dividir comigo suas histórias de vida. Em especial, o amor, a parceria, o colo da amiga-irmã e outrora sócia de vendas na nossa querida doceria Iaiá, Mariana Emanuelle, a maior cozinheira da BXD, grande inspiração para esta pesquisa.

“(…) É justamente aquela negra anônima, habitante da periferia, nas baixadas da vida, quem sofre mais tragicamente os efeitos da terrível culpabilidade branca. Exatamente porque é ela que sobrevive na base da prestação de serviços, segurando a barra familiar praticamente sozinha”.

(GONZALEZ, 1984, p. 231)

## RESUMO

Esta pesquisa de mestrado é sobre mulheres trabalhadoras da comida de rua no centro comercial de Duque de Caxias, município da Baixada Fluminense/RJ. O intuito foi conhecer mais sobre suas vidas, como são impactadas no cotidiano pelo trabalho na rua, o quanto se dividem entre a atividade laboral e o trabalho de cuidado da família e dos filhos, que desafios experienciam enquanto trabalhadoras informais e quais agenciamentos promovem individual e coletivamente. Para este estudo qualitativo foi utilizado como referencial teórico produções acadêmicas decoloniais e sua metodologia foi desenvolvida a partir da cartografia e da interseccionalidade, portanto, uma cartografia interseccional decolonial. O objetivo foi desenvolver um estudo a partir de referenciais contra-hegemônicos que rompem com a insistente universalização das produções de conhecimento acadêmico e que hoje disputam espaços importantes de narrativas a fim de documentar produções acadêmicas subalternas. Dentre os achados mais significativos deste trabalho, destacam-se as relações de parceria, cuidado e solidariedade que as mulheres periféricas, majoritariamente negras, estabelecem umas com as outras para construir agenciamentos e se manterem de pé em uma estrutura social construída para e pelo patriarcado branco.

Palavras-chave: trabalho; enquadramento interseccional; mulheres trabalhadoras.



## **ABSTRACT**

This research is about women street food workers in the commercial center of Duque de Caxias, Baixada Fluminense/RJ. The aim was to learn more about their lives, how they are impacted in their daily lives by work on the street, how much they divide between their work activity and the work of caring for the family and children, what challenges they experience as informal workers and what agencies they promote individually and collectively. For this qualitative study, decolonial academic productions were used as a theoretical reference and its methodology was developed from cartography and intersectionality, therefore, a decolonial intersectional cartography. The objective was to develop a study based on counter-hegemonic references that break with the insistent universalization of academic knowledge productions and that today compete for important spaces of narratives in order to document subaltern academic productions. Among the most significant findings of this work, the partnership, care and solidarity relationships that peripheral women, mostly black, establish with each other to build agencies and remain standing in a social structure built for and by white patriarchy stand out.

Keywords: work; interseccional framework; women, working.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Ideias paradigmáticas de interseccionalidade.....	25
Figura 1 - Mapa da região pesquisada.....	38

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANTRA	Associação Nacional de Travestis e Transexuais
BXD	Baixada
CLAVES	Centro Latinoamericano de Violência e Saúde (atual Departamento de Estudos sobre Violência Jorge Careli)
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
ENSP	Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca
Fies	Financiamento Estudantil
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
INCA	Instituto Nacional do Câncer
ISP	Instituto de Segurança Pública
MEI	Microempreendedor Individual
PIB	Produto Interno Bruto
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
REDUC	Refinaria Duque de Caxias
SUS	Sistema Único de Saúde
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNIGRANRIO	Universidade do Grande Rio

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>2</b>	<b>OBJETIVOS.....</b>	<b>19</b>
2.1	GERAL.....	19
2.2	ESPECÍFICOS.....	19
<b>3</b>	<b>MARCAS CONSTRUTIVAS.....</b>	<b>20</b>
3.1	CARTOGRAFIA.....	20
3.2	DECOLONIALIDADE E INTERSECCIONALIDADE.....	22
3.3	SAÚDE COLETIVA.....	25
<b>4</b>	<b>METODOLOGIA.....</b>	<b>28</b>
4.1	CONSTRUINDO O CAMPO DE PESQUISA: O TERRITÓRIO.....	28
<b>4.1.1</b>	<b>Baixada Fluminense.....</b>	<b>28</b>
<b>4.1.2</b>	<b>Comidas de rua: ofertas pelo caminho.....</b>	<b>30</b>
4.2	OS CAMINHOS DA PESQUISA: A CARTOGRAFIA.....	31
<b>5</b>	<b>RESULTADOS.....</b>	<b>36</b>
<b>6</b>	<b>DISCUSSÃO.....</b>	<b>62</b>
<b>7</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>69</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>72</b>
	<b>APÊNDICE A - ROTEIRO DE ATIVIDADE DE CAMPO.....</b>	<b>76</b>
	<b>APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA.....</b>	<b>78</b>
	<b>APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE).....</b>	<b>80</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação de mestrado parte do interesse em observar as silenciadas potências das mulheres periféricas que atuam como trabalhadoras informais do comércio de comidas de rua de Duque de Caxias, município localizado na Baixada Fluminense, Rio de Janeiro. Tem como finalidade conhecer as estratégias de sobrevivência que essas trabalhadoras produzem em um contexto de violências que muitas vezes atravessam o trabalho realizado em ambiente domiciliar e/ou nas proximidades de seu território de vida e moradia, os desafios da conciliação entre o trabalho produtivo e reprodutivo e de que forma as dificuldades do trabalho sem garantias de acesso a direitos sociais e laborais básicos contribuem para desenvolvimento e/ou agravamento de sua saúde física e mental.

Para refletir a respeito do trabalho informal é preciso levar em consideração que o mercado de trabalho é um problema estrutural básico na sociedade brasileira relacionado a variadas circunstâncias históricas, como os três séculos de comércio e escravização de africanos e o processo de industrialização excludente para trabalhadores rurais e urbanos (COSTA, 2010). Já no século XX, vale citar como agravo do problema a constituição do mercado formal de trabalho no período de crescimento econômico nacional, a década de 1970, mas que atingiu apenas a metade da população economicamente ativa no contexto urbano (POCHMAN, 2006). Na década de 1990, a ascensão do neoliberalismo e as flexibilizações dos vínculos trabalhistas foram mais um incremento à precarização do mercado formal de trabalho. Já em 2017, no governo Temer, a Reforma Trabalhista que foi proposta consolidou ainda mais o desmonte sobre os direitos duramente conquistados pela classe trabalhadora ao longo do século XX através de lutas sociais (ANDRADE, 2019).

A proposta apresentada baseia-se em uma compreensão ampliada sobre o trabalho informal, de acordo com o contexto brasileiro, marcada pela inseparabilidade dos espaços de trabalho e descanso e trabalho remunerado e não-remunerado, diretamente atravessados pelas questões de gênero, raça e classe social. Esses atravessamentos devem ser considerados para observar problemas de saúde em grupos invisibilizados, como o caso das trabalhadoras informais (BRITO, 2000). O trabalho informal exercido por mulheres acontece de modo paralelo às funções familiares associadas ao cuidado e ligadas à casa, característica socialmente atribuída ao comportamento e responsabilidade femininos. Essa jornada dupla (e às vezes tripla, quando envolve demanda de cuidado na criação de filhos e/ou parentes menores, idosos ou com necessidades especiais) pode enfrentar diversos obstáculos, como ambientes laborais inadequados, acúmulo de funções, ausência de reconhecimento e presença

de violências. As más condições do trabalho informal feminino, o que inclui a ausência de direitos trabalhistas, contribuem para o surgimento de adoecimentos físicos e psíquicos ou o agravamento de condições pré-existentes (BRAGA *et al*, 2019).

O trabalho reprodutivo consiste em um complexo de relações e ações por meio das quais a vida e o trabalho são constituídos cotidianamente. Para Davis (2016), diversos dos atributos associados à suposta essência de feminilidade, sobretudo a negra, são, na verdade, funções de trabalho que precisam ser discutidas e redistribuídas em sociedade. Segundo a autora, o trabalho doméstico tem seu cunho político esvaziado e, portanto, precisa ser retomado para que se compreenda que é ele a pedra angular da sociedade. Tanto o trabalho fabril desempenhado pelo homem, que tem de quem dele cuide e mantenha para estar ali exercendo sua função, quanto a escola, que também recebe todas as manhãs crianças devidamente preparadas para estudar, dependem de uma casa em pleno funcionamento. Dentro dessa perspectiva, é preciso destacar a divisão sociosexual e racial no trabalho, que se relaciona diretamente às estruturas capitalistas de dominação e opressão que relega às mulheres, sobretudo às negras, oportunidades de trabalho precarizadas e salários inferiores. Nesse sentido, Nogueira e Passos (2020) postulam:

Podemos dizer que há uma simbiose entre a esfera produtiva e reprodutiva que faz com que a perpetuação dessa subalternização esteja presente no mundo do trabalho e nas relações sociais familiares, o que leva aos acessos e oportunidades diferenciadas entre as mulheres. Torna-se fundamental afirmar que os processos sociais racializados destinam às mulheres negras funções e atribuições que são vinculadas à servidão (NOGUEIRA; PASSOS, 2020, p.1).

O apagamento da sobrecarga feminina gerada pelo acúmulo do trabalho produtivo e reprodutivo que lhes é atribuído em nome de uma suposta essência que não apenas genericamente funções domésticas como o cuidado e a manutenção da casa. Também representa uma trama que captura muitas mulheres, que sentem que não conseguem separar as esferas pessoais e profissionais de suas vidas. Quantas ainda são impedidas de estudar e/ou trabalhar por não possuírem rede de apoio que lhes garanta a possibilidade de qualificação profissional e/ou trabalho? Quantas ainda “optam” por não investir em suas vidas profissionais porque a precarização de sua mão-de-obra, somada às suas obrigações domésticas, não valem a exaustão da dupla (ou tripla) jornada de trabalho?

A divisão sexual do trabalho submeteu as mulheres brancas ao trabalho não remunerado de cuidado e à manutenção da casa, enquanto que aos homens coube a reprodução remunerada. Essa estrutura sexista de relação entre as famílias brancas europeias

viabilizou a manutenção da vida do homem em cuidado, alimentação, higiene e conforto para que estivesse disponível ao trabalho e subordinou a sobrevivência econômica das mulheres a essa dependência. Por outro lado, as negras, que sempre trabalharam e foram prestadoras de bens e serviços, foram principalmente associadas ao trabalho doméstico e ao cuidado, como o “burro de carga que carrega a sua família e a dos outros nas costas” (GONZALEZ, 1984, p. 230).

Observando os atravessamentos de gênero, raça e classe em um território da periferia do estado do Rio de Janeiro, identificamos e afirmamos que não há neutralidade sobre o perfil do trabalho informal. Isto é, a escassez de políticas de reparação histórica após o período de escravização de povos africanos somada a estrutura de dominação patriarcal relegou às mulheres negras as margens das oportunidades na esfera trabalhista. Portanto, entendemos imprescindível, para conhecer essa mão-de-obra vulnerabilizada, uma abordagem teórico-metodológica a partir da interseccionalidade (COLLINS, 2022). A informalidade subordinada e a autonomia desarticulada (ITIKAWA, 2016) envolvidas no desempenho das mulheres que decidem trabalhar por conta própria, seja por não conseguirem alocação no mercado formal, seja para conciliarem as atividades domésticas e de cuidado compulsoriamente atribuídas ao gênero, exige dessas trabalhadoras altos níveis de dedicação sem direitos trabalhistas ou carga horária de trabalho determinada.

As vulnerabilidades de classe, raça e gênero são pilares fundamentais do capitalismo que, por sua vez, foi uma consequência histórica consolidada graças a uma associação de interesses socioeconômicos de grupos dominantes no processo colonizador (QUIJANO, 1992). A colonialidade, isto é, as múltiplas formas e efeitos da colonização, foi o modo mais geral de dominação, cujas bases de exploração foram tanto do território quanto do trabalho dos povos não-brancos, mas não apenas: elas foram também culturais e intersubjetivas.

Nesse processo histórico de colonização, a sobreposição da cultura europeia se deu partir de dois eixos: o primeiro deles foi a classificação social pela ideia de raça, que pressupunha os povos nativos e sua cultura como “atrasados” e, portanto, entendidos como naturalmente inferiores aos colonizadores; e o desenvolvimento de uma racionalidade específica: a modernidade, que se constituiu em diálogo com a religião cristã, com as relações capitalistas e os estados-nação, patriarcais por excelência (QUIJANO, 2005).

A cultura europeia, que é branca, cristã, capitalista e patriarcal se tornou um modelo universal inclusive na produção de conhecimento. Portanto, para refletirmos a respeito das violências contidas nos atravessamentos interseccionais, como o racismo estrutural, a violência de gênero e a exploração no trabalho, precisamos repensar as colonialidades do

poder, do saber e do ser (QUIJANO, 2005), além da colonialidade de gênero (LUGONES, 2008), como discutimos ao longo da pesquisa.

Pelo desejo de desnaturalizar o modelo universal, individual e imparcial de produção de conhecimento eurocentrado e branco, a proposta é desenvolver um trabalho pela descolonização epistemológica e metodológica. Por isso, para a experiência do campo propomos o exercício de uma construção coletiva do conhecimento através da cartografia e da interseccionalidade, cuja intenção é acompanhar os movimentos das trabalhadoras informais da comida de rua de Duque de Caxias para que, a partir dos nossos encontros, possamos conhecer a dinâmica de seus trabalhos, os impactos na saúde, suas estratégias de agenciamentos e compreender a heterogeneidade e o lugar comum das vivências compartilhadas (PASSOS; BARROS, 2009).

- **Escrevivências do lócus fraturado<sup>1</sup>**

O interesse pelo tema foi construído ao longo de toda a vida, mesmo quando ainda não se podia perceber. Filha de uma mulher preta de pele clara e embranquecida pela cultura, de família nordestina e um português, tive todo o desenvolvimento atravessado pela discrepância dessas relações. As diferenças entre a família materna e a paterna saltavam aos olhos de uma criança que, vendo aqueles dois grupos familiares, ambos bastante numerosos, se impressionava com “dois natais”, duas formas diferentes de tudo: comunicação, alimentação, fé, humor, autoestima, crenças, dentre tantas inúmeras coisas que distinguem duas culturas.

Era tratada como branca na família da mãe e chamada de morena, brasileira na família do pai. Cria de Caxias, a maioria dos amigos e vizinhos não são brancos. Então, os menos negros, pardos como eu, são ali chamados brancos e gozam dos privilégios brancos. Mas apesar da criação para e pela branquitude, a família que me sentia mais acolhida e incluída era a materna. Qual seria, afinal, o meu lugar? Apesar das diferenças culturais abissais, eram duas famílias de operários. A avó paterna, Maria, trabalhava com o plantio e a criação de pequenos animais, vendia salgados na cantina da igreja aos finais de semana. A avó materna, Nininha, empregada doméstica, lavava em casa as roupas das patroas para complementar a renda. O trabalho informal sempre esteve por ali de diversas formas como estratégia de sobrevivência.

Era muito perguntadeira, queria ler e saber tudo, tinha gosto pela literatura. Em 2008, aos 18 anos, entrei na Faculdade de Letras da UFRJ, Português-Francês. Na turma, estava no

---

<sup>1</sup> Conceito de María Lugones (2014, p.943) para expressar o não-lugar das mulheres de cor latino-americanas que, apesar da subalternidade, resistem às opressões de gênero, raça, classe e sexualidade



grupo dos mais pretos: eu e mais três. Foi lá que me deparei com a subalternidade em muitos níveis, como raça e classe: desde a dificuldade de fazer amigos até o assédio moral de professores ainda desacostumados com alunos de classes populares (e que nunca tinham visto francês na vida). A desmotivação comprometia o desempenho e afastava do processo de aprendizagem, até que conheci em um grupo de extensão de Ludicidade, no curso de Educação Física, minha primeira orientadora: prof. Dr<sup>a</sup> Ângela Brêtas, uma mulher preta de Oswaldo Cruz, do sorriso acolhedor e palavras poderosas. “Temos que ler os latinos!”, ela dizia sempre. E ali comecei a ler estudos teóricos que me atraíam para as Ciências Sociais. Fui bolsista por dois anos do grupo de extensão sobre o lazer operário, onde fiz o primeiro contato com leituras feministas e campo com trabalhadoras, eram as da limpeza do Fundão. Ainda não sabia, mas Ângela me conduzia ali a encontrar o caminho que dá sentido à minha vida profissional: o da pesquisa.

Apesar do acolhimento na extensão, abandonei o curso de Letras no penúltimo semestre e tive um hiato de cinco anos da academia, período em que muitas coisas aconteceram. Dentre as mais significativas, um acidente que me deixou dois anos de muletas e, portanto, não poderia trabalhar formalmente. Comecei a vender quentinhas com a minha companheira, Kelly: cozinávamos em casa e fornecíamos para o comércio local. Trabalhamos assim por meses, até que precisei refazer a cirurgia. Minha companheira foi trabalhar como motorista de aplicativo e eu, recém-operada, fui estudar. Queria voltar para a faculdade, cursar Psicologia. À medida que o pós-operatório deixava de ser um impedimento, voltei a trabalhar informalmente, dessa vez vendendo doces em parceria com uma grande amiga, Mariana, que para conciliar maternidade e trabalho, recorreu à informalidade. Íamos algumas vezes da semana ao centro de Caxias vende-los e comprar mais ingredientes para prepará-los.

A nota do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) não me dava condições de voltar para UFRJ, então o recurso foi o Financiamento Estudantil (Fies). A despolitização da instituição particular e a influência das aulas de Psicologia Social, ministradas pela Profa. Dra. Fernanda Mendes, hoje coorientadora deste trabalho, reavivaram um sonho antigo: as Ciências Sociais. E foi no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ, em uma turma heterogênea, com pretos, indígenas, pessoas trans e não-binárias, que compus um coletivo que trazia uma demanda expressiva: cadê as vozes da nossa gente na produção de conhecimento? E foi aí que descobri o grupo de extensão Identidade Nacional e Decolonialidades, da Profa.Dra. Susana de Castro, onde pude fazer contato com os estudos subalternos, as produções latino-americanas, o “capote decolonial” aconteceu e transformou minha trajetória.

Ao mesmo tempo, me transferei na Psicologia para uma universidade particular em Duque de Caxias, a UNIGRANRIO, a primeira instituição de curso superior do município, onde atuei como liderança estudantil e fui a primeira formanda do curso ali recém-criado. O engajamento político em uma universidade particular me fez perceber a importância de ser uma voz periférica que falasse, já que tantos nos calam o tempo todo. E o reconhecimento da importância da minha fala, de mulher lésbica periférica, assim como a transformação do entendimento da história da minha vida pessoal e a importância de mulheres à essa trajetória acontecia graças à decolonialidade.

Em 2019 fui escolhida na seleção de bolsista PIBIC no trabalho de Pós-doutorado da prof. Dr<sup>a</sup> Fernanda Mendes, uma pesquisa sobre os impactos da violência armada na vida de moradores e trabalhadores de Manginhos, conduzida por uma equipe formada apenas por mulheres. Dentre elas, prof. Dr<sup>a</sup> Cristiane Batista, com quem tive rápida aproximação pelas discussões sobre leituras da Sociologia e da decolonialidade. Foi através dela também que me interessei pelas observações sobre o trabalho e o modo diferenciado que ele impacta nas vidas das mulheres.

Atravessada pelos estudos em violência do CLAVES e as aulas de Práticas Institucionais da graduação em Psicologia, dividi o trabalho de conclusão de curso sobre violência de gênero na Baixada Fluminense com Thuane, grande amiga que encontrei na faculdade. Equilibrava a graduação com o trabalho e a maternidade solo e ainda desempenhava uma trajetória exemplar. Fomos orientadas pela Profa. Dra. Patrícia Castro, com quem tive a oportunidade também de conhecer a pesquisa cartográfica nos estágios supervisionados como forma de atuação ético-estético-política.

A trajetória aqui descrita é composta pelos encontros de uma série de mulheres que contribuíram para o desenvolvimento deste estudo, da minha formação pessoal e profissional. Paulatinamente incômodos e angústias de toda a vida puderam ser identificados, compreendidos, expressados e transformados em uma atuação acadêmica e profissional política, que tanto identifica violências quanto produz desvios como estratégias de sobrevivência. Por isso, falar com as mulheres trabalhadoras da comida de rua de Duque de Caxias é falar com a história de uma ancestralidade que sofre constantes apagamentos, inclusive em mim, e que por nós precisa ter a relevância ressaltada.

- **Os primeiros passos**

Do ponto de vista acadêmico, a escolha do objeto é influenciada por um trabalho desenvolvido no ano de 2020 como conclusão do curso de graduação em psicologia, no qual

foi feita uma análise de dados secundários de violência de gênero com o recorte territorial da Baixada Fluminense para a última década (2009-2019) alinhado ao conceito de colonialidade de gênero, de María Lugones (2008), que amplia a compreensão da feminilidade para além da estrutura compulsória de gênero/sexo. Foram utilizadas as informações disponibilizadas pelo Instituto de Segurança Pública (ISP) no “Dossiê Mulher” e, pela carência de informações no Dossiê sobre mulheres transgêneras, complementou-se tal levantamento com dados fornecidos pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA). Chamou nossa atenção os dados de violência, seu baixo registro de incidências e, nos registros realizados, a quantidade expressiva de informações incompletas. Quando entramos em contato com o ISP para questionar os registros incompletos, o Instituto informou que todos os dados e suas classificações provinham de registros de ocorrência das delegacias dos municípios da Baixada Fluminense que foram analisados no trabalho. Apesar de reconhecer a realidade da subnotificação, o ISP informou que apenas contabiliza e divulga tais informações, sem aprofundar investigações ou corrigir possíveis equívocos.

Determinados indicadores, constantes dos registros de violência contra mulheres cisgêneras, foram alvo de análise: município, raça/cor, o tipo de violência e o grau de proximidade com o agressor. No entanto, parte do número total fornecido para as análises (422.463 registros de ocorrências) teve de ser desconsiderado, uma vez que 34,04% (143.826 registros) estavam incompletos em relação às informações.

As limitações acima apontadas – o registro aquém da realidade e a má qualidade da informação com ausência de preenchimento de variáveis fundamentais para a compreensão do problema e formulação de políticas - intensificaram o desejo de conhecer mais detidamente as condições de vida e trabalho e as vulnerabilidades das mulheres periféricas que atuam no comércio de comida de rua em Duque de Caxias. Para além das violências e atravessamentos relacionados às desigualdades sociais, de gênero, raça e classe na saúde dessa população, importa conhecer quais estratégias de sobrevivência estas mulheres utilizam como recursos no “tempo do agora”, ou seja, o momento em que a vida acontece (LOPES *et al*, 2019) e entender como as mulheres periféricas de Duque de Caxias, a partir de suas próprias vivências, conseguem driblar as vulnerabilizações a que são expostas cotidianamente e sustentar a aposta na tarefa desafiadora de buscar o sustento fazendo o que lhes é possível através do trabalho informal da comida de rua. Indagamos: de que forma é factível promover mudanças e insurgências em seus contextos através de seus trabalhos apesar dos atravessamentos interseccionais e dos possíveis impactos em sua saúde física e mental?

Portanto, a intenção deste projeto é produzir encontros com as trabalhadoras informais

que atuam na venda de comida de rua em Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, visando nos aproximar de alguns dos impactos dos atravessamentos de gênero, raça e classe em sua vida laboral e sua saúde física e mental. Temos como hipótese que são importantes fatores: o trabalho reprodutivo, o acúmulo de trabalho, a exposição constante à rua e as condições de trabalho.

## 2 OBJETIVOS

### 2.1 GERAL

Cartografar o trabalho das mulheres atuantes no comércio informal de comida de rua em Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, e seus impactos no cotidiano tanto do trabalho e na saúde quanto do âmbito pessoal, considerando as intersecções de gênero, raça, classe social e território.

### 2.2 ESPECÍFICOS

- Analisar os enfrentamentos das trabalhadoras de comida de rua e suas estratégias de resistências face às condições de trabalho<sup>2</sup>, ao cuidado familiar e as possíveis violências vivenciadas por elas;
- Identificar como o trabalho informal interfere na vida pessoal e na rotina doméstica, bem como nas funções atribuídas a essas mulheres;
- Conhecer os possíveis impactos do trabalho na saúde física e mental das mulheres.

---

<sup>2</sup> O conceito de condições de trabalho diz respeito às instalações físicas, materiais e disponibilidade de insumos, máquinas e meios de realização das atividades, além de também se referir às relações de trabalho e emprego (LEAO *et al*, 2012)

### 3 MARCAS CONSTRUTIVAS<sup>3</sup>

A perspectiva teórico-conceitual adotada para nos debruçarmos sobre este estudo é a decolonialidade: é através da epistemologia latino-americana que nos propomos a pensar as questões já suscitadas e que emergiram do trabalho de campo, isto é, do encontro com as trabalhadoras informais do comércio de comida de rua de Caxias. Em conjunto (e em fricção) com essa proposta contra-hegemônica utilizamos a cartografia para conhecer melhor os processos que atravessam de múltiplas maneiras a realidade das trabalhadoras caxienses e de que forma tendem a impactar suas subjetividades; e a interseccionalidade por intencionar reflexões teóricas e metodológicas racializadas. A perspectiva interseccional nos ajuda a compreender a complexidade das relações de poder envolvidas em desdobramentos de processos históricos ligados à colonização e a exploração de negros que ainda impactam na contemporaneidade. Portanto, uma cartografia decolonial interseccional.

Aqui a cartografia, que ampara uma intervenção ético-política que observa as construções sociais e subjetivas em sua transversalidade, se encontra na encruzilhada com a interseccionalidade, que viabiliza uma estratégia de análise crítica sobre as relações de poder e suas desigualdades sociais a partir de marcadores de segregação que foram historicamente consolidados pelo processo de colonização e exploração, como raça, gênero, classe e território.

No que diz respeito à decolonialidade, parece fazer mais sentido utilizar teorias latino-americanas para produzir reflexões a partir de uma pesquisa que tem lugar no contexto brasileiro, acreditando-se que elas nos ajudarão a “dar conta” da pluralidade sócio-histórica-política do território. Do mesmo modo, tais teorias nos permitem uma maior proximidade com nosso problema, qual seja a saúde dessas trabalhadoras e suas estratégias para sobrevivência e manutenção de suas funções, de forma contextualizada com nossa trajetória histórica brasileira em seus atravessamentos de gênero, raça/cor, classe e território.

#### 3.1 CARTOGRAFIA

Enquanto uma proposta teórico-metodológica que preconiza a imersão no plano das experiências para acompanhar efeitos nos processos de subjetividade, a cartografia nos ajuda a analisar de que forma as sujeitas, participantes e pesquisadora, são transversalizadas por

---

<sup>3</sup> Sugestão acolhida a partir do encontro com a Dra. Silviane Ramos em 01/03/2023 na primeira reunião da disciplina de Feminismos, decolonialidade e cuidado, ofertada na Escola Nacional de Saúde Pública, coordenada pela professora Dra. Cristiane Batista Andrade.

condições como raça, gênero, classe, território, idade, cultura, sociedade, entre outras possibilidades. Essa escolha de imersão no campo permite problematizar de que forma é possível perceber as implicações, analisar, intervir e criar tensionamentos e efeitos a partir desses encontros (BARROS; KASTRUP, 2019).

A experiência cartográfica se desenvolve pela vivência de um plano coletivo de forças entre os objetos que existem e se transformam constantemente no mundo, como por exemplo o Estado, a sociedade e suas instituições, isto é, o plano das formas, e os desdobramentos subjetivos que eles têm à medida que somos interferidos e promovemos interferências nessas dinâmicas instituídas. Observa-se, portanto, o plano movente da vida pela compreensão de que não há uma dicotomia entre sociedade e indivíduo, mas uma imbricada e indissociável relação entre o plano das formas e o plano das forças (ESCÓSSIA; TEDESCO, 2009).

A escolha da cartografia como composição teórico-metodológica aqui pensada foi feita pela compreensão de que o trabalho em pesquisa não é meramente observador, prescritivo, baseado em objetivos, hipóteses e regras pré-estabelecidas. Pelo contrário, conhecer e fazer estão em um mesmo plano das experiências, o que exige, portanto, que a cartógrafa mergulhe nele para intervir, analisar e compreender as consequências políticas da atuação escolhida (PASSOS; BARROS, 2009).

Para acompanhar toda a riqueza que essa proposta pode acrescentar enquanto estratégia, foi trazida a interseccionalidade para enfatizar a interdependência entre sistemas de opressão como raça, gênero, classe, território e demais configurações sociais. Se por um lado a proposta da cartografia conversa com a interseccionalidade na compreensão relacional das circunstâncias acompanhadas, por outro elas se friccionam na perspectiva da observação: enquanto a cartografia se debruça sobre os processos de subjetivação em relação aos atravessamentos sociais, a interseccionalidade valoriza a trajetória histórica das marcas estabelecidas sobre as sujeitas por uma crítica ao sistema colonial que demarca cada lugar a ser ocupado nos contextos. E, nesse caso, a raça ocupa lugar central na análise em razão de um longo período de exploração e dizimação dos povos em afrodiáspora.

Em outras palavras, considerar a raça como atravessamento individual pode soar mais um desdobramento de leitura não racializada do sistema escravista que ainda reverbera na contemporaneidade. E neste trabalho o discurso se estabelece necessariamente por sua racialização para a tentativa de elucidar as responsabilidades de um sistema branco europeu que incide em povos de cor, sobretudo mulheres periféricas afro-brasileiras.

Nessa encruzilhada com a interseccionalidade, portanto, a cartografia como escolha teórico-metodológica contribui a pensar sobre as singularidades desses atravessamentos e

expressões do território nas experiências compartilhadas, bem como ampara nas estratégias de imersão do campo.

### 3.2 DECOLONIALIDADE E INTERSECCIONALIDADE

O pensamento decolonial critica as estruturas epistêmicas ocidentalizadas que atravessam a cognição dos colonizados. Essa injustiça cognitiva sobrepôs o conhecimento dos povos com a epistemologia eurocentrada, como se qualquer produção de saber para além da racionalidade europeia fosse inferior. Trata-se de um pensamento que envolve premissas racistas, sexistas e cristianizadas, que monopolizou os saberes e inferiorizou com recursos excludentes qualquer outro que apresentasse uma perspectiva de saber diferenciada. Foi através desse olhar que o Ocidente definiu o que era verdade e o que era melhor para os povos colonizados (GROSFUGUEL, 2016). A colonialidade consiste nos atravessamentos da dominação social, material e intersubjetiva. De acordo com a teoria, a criação da categoria raça, a primeira “id-entidade moderna”, foi a forma de outorgar a dominação racial que inferiorizou povos indígenas e africanos pela exploração do trabalho forçado, base do capitalismo global (QUIJANO, 2005). Em complementaridade à Quijano, Lugones (2008) postula a partir do sistema moderno colonial a noção de que o gênero é ainda utilizado pelo autor como um desdobramento dessa forma de compreensão colonial das relações, já que as categorias de masculino e feminino são parâmetros ocidentais de classificação que resulta em apagamentos de outras possíveis expressões de gênero presentes nas sociedades não-ocidentais.

Dessa perspectiva decolonial é possível refletir de que forma as múltiplas circunstâncias que permeiam o contexto do trabalho são capazes de contribuir para a invisibilização dessas trabalhadoras, assim como repensar as relações verticalizadas que se (re)produzem na sociedade e, portanto, nos aspectos que comprometem a atuação delas e quais são seus atravessamentos relacionados à saúde territorializados em Duque de Caxias/Baixada Fluminense.

No que tange ao recorte do trabalho, María Lugones (2008) analisa a partir do conceito de colonialidade do poder de Aníbal Quijano o que o autor classifica como os quatro âmbitos básicos da vida humana: sexo, trabalho, autoridade coletiva e subjetividade/intersubjetividade, seus recursos e produtos (QUIJANO, 2005). Através da estrutura de exploração e controle do trabalho postulada nestes quatro âmbitos básicos, as identidades históricas foram associadas às naturezas dos papéis sociais, e então houve uma divisão racial do trabalho, que configurava uma forma específica a cada raça. Assim, o



trabalhador era o homem branco, europeu, isto é, o que era reconhecido como a figura humana e tinha relação com o capital-salário. Negros e indígenas, por serem reconhecidos como animais ou espécies inferiores, foram submetidos a séculos de trabalho escravizado.

Apesar de sua contribuição sobre a observação da colonialidade do ser através da exploração/dominação racial pelo trabalho, Quijano (2005) reforça a compreensão patriarcal e heterossexual, que também são categorias ocidentais. Então Lugones (2008) postula que, em algum grau, o autor coaduna com princípios capitalistas e eurocentrados que mantêm invisibilizadas as subordinações vivenciadas pelas mulheres, sobretudo as colonizadas e não-brancas, assim como também classifica o gênero em categorias estanques e indissociáveis da heterossexualidade, o que exclui qualquer possibilidade intersexual presente em outros povos não-brancos (LUGONES, 2008).

Lélia Gonzalez (2020) também dialoga com as opressões raciais e sexuais e postula sobre a importância de considerar a dimensão histórica da violência sobre povos originários e africanos da colonização europeia na América Latina, já que a exploração do trabalho de mulheres negras tende a se intensificar em contextos capitalistas periféricos: “O caráter duplo de sua condição – racial e/ou sexual – as torna as mulheres mais oprimidas e exploradas em uma região de um capitalismo patriarcal-racista dependente” (GONZALEZ, 2020, p. 145).

Então, o desafio é olhar as dinâmicas políticas, culturais e sociais do presente através da decolonialidade, cujas lentes parecem viabilizar imagens mais realísticas e aproximadas do que somos. *Olhar com os olhos de dentro* parece um jeito interessante de pensar nossas próprias histórias e possibilidades de construção de memórias. Faz-se cada vez mais necessário acessar nossa dupla consciência histórica latino-americana e introduzir discussões sobre essas características tensionadas entre a consciência de colonizador e a de colonizado (GONÇALVES, 2019). Olhar que vemos refletido na construção dos atravessamentos das subjetivações e relações no território da Baixada Fluminense.

Em relação ao aporte teórico, vale acrescentar que a opção é pelo referencial subalterno como produções latino-americanas e de feministas negras estadunidenses também é uma escolha política cuja intenção é dar protagonismo às produções epistemológicas do Sul. Nem todas as referências aqui utilizadas são teóricos da decolonialidade e alguns se apoiam inclusive sobre referenciais europeus também. A intenção não é sobrepor ou excluir as contribuições da epistemologia Ocidental, mas dar preferência às produções acadêmicas contra-hegemônicas através da bibliografia como uma escolha política. Por isso, este trabalho conta com produções acadêmicas predominantemente latino-americanas e não-brancas, fundamentais para a discussão que se empreende aqui, elencamos: trabalho, gênero, raça e

classe em relacionalidade com o contexto nacional e seus desdobramentos históricos das opressões iniciadas a partir da colonização.

A utilização da interseccionalidade, em princípio, se deu como um recurso teórico-conceitual que propunha a observação dos entrecruzamentos dos sistemas de opressão presentes na sociedade, como o colonialismo, o capitalismo, o racismo, o sexismo e outras estruturas de dominação que também exerçam formas de dominação. Mas ao longo do estudo, com os avanços sobre os estudos da interseccionalidade, ela foi apoiada em Patricia Hill Collins (2022) como um aporte teórico-metodológico capaz de propor uma nova teoria social crítica.

Em linhas gerais, a autora propõe que tanto o termo cunhado por Crenshaw, nos anos 1990, como uma metáfora para exemplificar a convergência entre os sistemas de opressão, ela propõe uma nova concepção que aponta para outras perspectivas cognitivas de análise. Posteriormente, Collins acrescenta que o conceito passa a ser utilizado de maneira heurística para reflexão, análise, aprendizagem e elucidação de problemas em múltiplas áreas nas ciências sociais e que tem bastante importância para repensar instituições que balizam aspectos sociais de identidade e subjetividade, como família, trabalho, educação, saúde, entre tantas outras. No entanto, a autora afirma que se a interseccionalidade for utilizada de forma acrítica e apenas para propostas de estudos específicos sobre gênero/raça/classe e demais estruturas de opressão, ela perde seu potencial inovador. Em outras palavras, é preciso considerar o uso paradigmático da interseccionalidade. Então, propõe algumas ideias provisórias para suas premissas metodológicas e teóricas que envolvem as seguintes ideias dispostas em um quadro:

Quadro 1 - Ideias paradigmáticas de interseccionalidade

Construtos Centrais	Premissas orientadoras
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Relacionalidade</li> <li>▪ Poder</li> <li>▪ Desigualdade social</li> <li>▪ Contexto social</li> <li>▪ Complexidade</li> <li>▪ Justiça social</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Raça, classe, gênero e sistemas similares de poder são interdependentes e constroem mutuamente uns aos outros.</li> <li>▪ A intersecção das relações de poder produz desigualdades sociais complexas e interdependentes de raça, gênero, sexualidade, nacionalidade, etnia, capacidade e idade.</li> <li>▪ A localização social de indivíduos e grupos na intersecção das relações de poder determina suas experiências e perspectivas no mundo social.</li> <li>▪ Resolver problemas sociais dentro de um dado contexto regional, nacional ou global requer análises interseccionais.</li> </ul>

Fonte: COLLINS, 2022, p. 74

Com base nesses construtos e premissas, portanto, é preciso assumir a interseccionalidade para além das ideias e caminhar em direção à sua práxis em busca da transformação social. Nesse caso, urge o comprometimento ético-político na sua utilização como teoria social crítica em busca de justiça social.

Por isso, é preciso entender os sentidos das lutas envolvidas, sua aplicabilidade e capacidade transformadora individual e coletivamente. Um exemplo que parece conversar intimamente com a proposta teórico-metodológica de Collins sobre a interseccionalidade é a obra de bell hooks (2017), que propõe a educação como prática de libertação:

Quando nossa experiência vivida da teorização está fundamentalmente ligada a processos de autorrecuperação, de libertação coletiva, não existe brecha entre teoria e prática. Com efeito, o que essa experiência mais evidencia é o elo entre as duas - um processo que, em última análise, é recíproco, onde uma capacita a outra. (hooks, 2017, p. 86)

Trocando em miúdos, não basta que se proponha a adotar discursos feministas antirracistas, anti-imperialistas e decoloniais sem autocrítica e exercício de responsabilidade social. É preciso apostar em práticas político-ideológicas interseccionais que podem ir desde a escolha do referencial teórico para um trabalho acadêmico até as pessoas que elegemos com nossos votos para representantes na política.

### 3.3 SAÚDE COLETIVA

Esta pesquisa é uma tentativa de observar e compreender aspectos cotidianos de

mulheres trabalhadoras da comida de rua que são, em sua maioria, periféricas mestiças, pardas e pretas, e como suas vidas estão expostas a diversos comprometimentos e agravos em função da precariedade das atividades que exercem. Considerar fatores raciais, históricos, econômicos, territoriais, sociais, culturais, entre outros que impactam de maneiras específicas as camadas da população pode ser uma ferramenta potente de investigação dos desdobramentos que as complexas vivências brasileiras podem ter.

A transdisciplinaridade inerente ao campo da Saúde Coletiva amplia as possibilidades de intervenção sobre a complexa relação entre as noções de saúde e doença, além de sensibilizar os olhares para a compreensão das especificidades que impactam grupos sociais vulnerabilizados. Pensando no caráter transdisciplinar do campo e da pesquisa, a utilização da proposta teórico-metodológica de uma cartografia interseccional para produção de conhecimento e intervenção configura-se também como uma estratégia para contribuir com produções acadêmicas que coloquem em perspectiva o entendimento sobre corpos periféricos a partir de epistemologias outras. Ou seja, propõe-se a construção de um conhecimento socialmente implicado através de um corpo situado, cujas vivências marcam posições sociais historicamente ocupadas. A academia, bem como todas as instituições desenvolvidas em um sistema Ocidental moderno colonial, ainda corresponde a produções científicas eurocentradas, desracializadas, portanto, brancas e que se propõem neutras, formais e objetivas (GONÇALVES et al, 2019).

A compreensão histórica e política da trajetória nacional é fundamental para perceber a importância da complementaridade na atuação da Saúde Coletiva. Para isso, é preciso que algumas ideias sejam devidamente elucidadas a respeito do assunto. A primeira delas é que não há a possibilidade de se dissociar uma postura ideológica de uma atuação ético-política, uma vez que a ameaça central de uma política em saúde para todos parte de intenções ideológicas neoliberais de ascensão do mercado sobre a diminuição do Estado (BIRMAN, 1991). A segunda é compreender que a investigação profunda e transversal sobre os adoecimentos viabiliza uma amplitude na busca por tratamentos e políticas de prevenção de reincidências de quadros observados a partir de uma determinada perspectiva. No caso desta pesquisa, relacionados aos impactos na saúde física e mental de trabalhadoras informais expostas ao cotidiano da rua. E a terceira é reconhecer que só é possível uma atuação em saúde transdisciplinar se nós, enquanto cidadãos, lutarmos pela garantia do direito que é o acesso à saúde de qualidade e à produção de conhecimento que agregue protagonismos plurais.

Por isso, propor um estudo pensado a partir de referenciais teóricos contra-

hegemônicos e racializados no campo da Saúde Coletiva é um empreendimento cujo intuito é contribuir para o protagonismo das narrativas subalternizadas e colaborar com produções acadêmicas críticas à postura esterilizada e desimplicada de fazer ciência. É através de fricções como essas que tensionamos as estruturas do sistema Ocidental moderno colonial produzimos coletivamente memórias.

## 4 METODOLOGIA

### 4.1 CONSTRUINDO O CAMPO DE PESQUISA: O TERRITÓRIO

#### 4.1.1 Baixada Fluminense

A compressão dos limites territoriais da Baixada é bastante ampliada, já que sua demarcação é polissêmica de muitas formas, isto é, depende dos interesses da observação dos pesquisadores, das instituições e/ou dos grupos políticos (AMARO, 2012). Geograficamente, ele pode corresponder tanto à região de planícies entre o litoral e a Serra do Mar, que vai do início do município de Campos, no extremo Norte, até o de Itaguaí, próximo à capital; quanto ao Recôncavo da Guanabara, região do entorno da Baía, que então conta com treze municípios: Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaguaí, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São João de Meriti e Seropédica (ALVES, 2020).

Tendo como recorte a violência, vale demarcarmos os altos índices de homicídios no território, o que pode ser feito a partir do estudo do sociólogo José Claudio Souza Alves (2020). O autor propõe em seu trabalho um recorte dos municípios fluminenses pelos altos índices de violência para demarcar as fronteiras com a cidade do Rio de Janeiro, com os demais municípios da região geográfica da Baixada e apontar quais locais são atribuídos ao que se chama de Baixada a partir do recorte da violência. Ele corresponde a sete das treze cidades da região: Duque de Caxias, São João de Meriti, Nilópolis, Nova Iguaçu, Belford Roxo, Queimados e Japeri.

As formas de significação da Baixada relacionam-se estreitamente com diversas expressões de violência no imaginário social (ALVES, 2019). Anteriormente à invasão dos europeus, os indígenas moradores da região chamavam de “Iguassu”, que em Tupi quer dizer “muita água”. O termo “Baixada” se refere a uma região de “planícies entre montanhas”, e “Fluminense” vem do latim flumen, isto é, “rio” (AMARO, 2012).

O estereótipo da Baixada Fluminense como um território violento se constrói a partir da década de 1960 com as execuções sumárias relacionadas a disputas territoriais locais entre grileiros e a população trabalhadora rural. Na época, a imprensa noticiava frequentemente os assassinatos relacionados ao poder local e sua estratégia de dominação política. Apresentada no discurso midiático como território problemático, recebeu a alcunha de “região mais violenta do mundo”. Além da história de conflitos territoriais, também é marcada pela intensa disputa de poderes políticos locais por famílias antigas na política, membros de instituições

militares e líderes religiosos. Dentro dessa realidade, questionamos de que forma esse cenário pode ser um território propício também para violências dirigidas a determinados grupos sociais vulnerabilizados marcados por interseccionalidades de gênero, raça e classe.

Para Alves (2020), observar a Baixada a partir da violência é um fenômeno tão expressivo que é possível perceber, inclusive, uma “baixadização” de áreas fronteiriças da metrópole com a região, isto é, territórios do município do Rio de Janeiro limítrofes à Baixada, quando há incidência de execuções sumárias e/ou tiroteios, são noticiados como parte do território Fluminense. Um exemplo disso é a hedionda chacina de Vigário Geral em 1993<sup>4</sup>, cujo episódio foi atribuído à “barbárie” da Baixada Fluminense em oposição à suposta “civilização” dos bairros da cidade do Rio de Janeiro, como se a capital não apresentasse esse tipo de violência.

- **Duque de Caxias**

O município tem aproximadamente 467km<sup>2</sup> e 930 mil habitantes (IBGE, 2021) e é dividido em quatro distritos: Duque de Caxias, Campos Elíseos, Imbariê e Xerém. É uma região que viveu várias modificações em seu perfil ao longo da história. Durante os primeiros séculos da invasão colonial, foi área de lavouras de milho, cana-de-açúcar, aipim e feijão, que expandiam à medida que a cidade do Rio de Janeiro crescia. No século XIX teve o primeiro trecho ferroviário instalado, que ia do Rio de Janeiro até a então Estação de Meriti (CMDC, 2013).

O crescimento econômico da região já no início do século XX fez levantar uma reivindicação pela emancipação da cidade. As figuras que compunham a “União Popular Caxiense” eram basicamente médicos, jornalistas e políticos, isto é, homens majoritariamente brancos, ligados às propriedades e interesses econômicos locais. Enquanto acontecia a busca por emancipação na década de 1940 houve o processo de industrialização. Diversos tipos de fábricas de motores e transportes instalaram-se no município e, na década de 1960, a Refinaria Duque de Caxias, conhecida como REDUC, foi instalada no distrito de Campos Elíseos (CMDC, 2013).

As informações acima estão contidas no site da Câmara Municipal de Duque de Caxias (CMDC) sobre a história do local. Vale comentar que a breve narrativa nada cita sobre quais eram os povos indígenas nativos da região e, sobre a população negra escravizada, diz

---

<sup>4</sup> Em 30 de agosto de 1993, vinte e uma pessoas na favela de Vigário Geral foram covardemente assassinadas pela Polícia Militar do Rio de Janeiro. Uma deputada federal da época lamentou o episódio como uma fatalidade ocorrida em uma “favela da Baixada Fluminense”.

apenas que “com a abolição da escravatura em 1888, aconteceram várias transformações na vida econômica e social da Baixada Fluminense”, mas não se referem a quê.

Atualmente, Duque de Caxias acolhe uma quantidade elevada de comércio e indústria de variadas áreas. De acordo com Silveira e Ribeiro (2017), Caxias é uma cidade que apresenta discrepância entre indicadores econômicos e sociais. Seu PIB já foi apontado como o terceiro maior entre as cidades do estado do Rio de Janeiro e o 24<sup>a</sup> do Brasil (IBGE, 2015), ao passo que o IDHM, Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, ocupa a 49<sup>a</sup> colocação no estado e a 1.574<sup>a</sup> do país, segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2013). Isso aponta que os altos índices de arrecadação do município não condizem com a qualidade de vida da população local.

O recorte territorial escolhido para o presente projeto em Duque de Caxias é o centro comercial do município, localizado no primeiro distrito. A região chama a atenção pela quantidade de vendedores ambulantes e trabalhadores informais em suas imediações e por ser uma área de tráfego intenso da população caxiense em direção às rodoviárias de transportes intermunicipais e à estação ferroviária Duque de Caxias.

#### **4.1.2 Comidas de rua: ofertas pelo caminho**

A escolha por falar com as trabalhadoras do comércio de comida de rua se dá pela grande quantidade de vendedoras e vendedores ambulantes pelas ruas do centro comercial de Duque de Caxias. Entende-se como comida de rua a venda de alimentos e bebidas em vias públicas para consumo imediato, produzidos ou revendidos pelas comerciantes.

A comida de rua também está presente na cultura brasileira por sua íntima relação com a herança escravocrata. O trabalho de cozinhar é atravessado pela divisão sexual e racial do trabalho: era a mulher preta a figura responsável pelas funções domésticas da casa grande e por complementar a renda da família branca que lhe escravizava. Era nas ruas, por exemplo, que elas faziam o ganho, isto é, vendiam suas comidas em tabuleiros. Após a abolição sem políticas públicas de reparação às profundas violências da escravização do povo negro, a rua foi uma das únicas formas que lhes restaram de buscar meios de sobrevivência (MACHADO, 2022).

Além da correlação com a precarização do trabalho em economias de capitalismo dependente, esta é uma atividade comercial de expressiva importância social e econômica, principalmente em países de economia periférica, pela existência de altos níveis de desemprego, escassez de trabalhos formais e baixo poder aquisitivo da população (CARDOSO et al, 2009).



## 4.2 OS CAMINHOS DA PESQUISA: A CARTOGRAFIA

A metodologia proposta para este estudo foi utilizar a interseccionalidade em conjunto com a cartografia. Como descrito na seção 4.2, a interseccionalidade é utilizada como recurso epistemológico que conversa com a proposta decolonial de repensar as bases acadêmicas colonizadas, que são brancas e eurocentradas. Entretanto, não basta apenas considerar referências teóricas contra-hegemônicas, é preciso repensar os aspectos técnicos que utilizamos no processo. Enquanto recurso metodológico, a interseccionalidade nos implica a descolonizar as relações de poder intrínsecas ao ato de pesquisar hierarquizada na dicotomia sujeito-pesquisador e participante-objeto (COLLINS, 2022).

Não satisfaz a ideia de produzir uma pesquisa com bases em epistemologias decoloniais se mantivermos o lastro metodológico que propõe a ciência hegemônica branca e a intenção é partir de outro ponto de vista para construir propostas de conhecimentos plurais e abrangentes. No caso deste estudo, ele se propõe por uma perspectiva subalterna, racializada e feminista interseccional.

Historicamente existe uma relação de poder consolidada entre a figura produtora de conhecimento acadêmico e as “pessoas normais”, meros mortais em seus ambientes onde a busca por informações acontece. A interseccionalidade como método propõe uma atuação construída a partir de um corpo situado, racializado, que se compreende político, em busca de oportunidades de registrar e documentar novas perspectivas de saberes compreendendo as relações de poder que podem ser pré-concebidas entre os lugares de sujeita-pesquisadora e sujeita-pesquisada e propondo uma intervenção dialogicamente engajada, a mais democrática e transparente possível (COLLINS, 2022).

Portanto, a metodologia também se apresenta como uma ferramenta a ser repensada e descolonizada, mas não apenas ela: é um processo de reaprender a pesquisar, de revisar não apenas a colonialidade do saber, mas perceber que ela caminha *pari passu* à colonialidade do ser (QUIJANO, 2005). A interseccionalidade é uma proposta de intervenção na práxis em busca de ações e transformações sociais que exige também de quem pesquisa autocrítica, responsabilidade social e implica em consideráveis reformas ético-políticas.

A experiência interseccional observa o curso das trajetórias históricas para analisar as estruturas de opressões que se mantêm através da dominação e exploração de determinados grupos ao mesmo tempo que relaciona e critica as instituições que ainda se beneficiam desses sistemas, como a colonialidade, o patriarcado, o capitalismo neoliberal, a branquitude, entre demais estruturas de opressão.

Pela minha formação como psicóloga pude perceber que a interseccionalidade como prática metodológica tem relação próxima com a proposta da cartografia, que é um método de investigação que pressupõe uma atuação política e engajada em acompanhar os processos de subjetivação e também critica as relações hierárquicas entre sujeita-pesquisadora e sujeita-pesquisada. O que há e o que se procurou, então, a partir da cartografia, foi mapear processos de subjetivação e objetivação que consideram a singularidade e o protagonismo de cada experiência e que se revezam à medida que interagem, se atualizando tanto dos sujeitos participantes quanto na pesquisadora, a partir de atravessamentos como gênero, raça, classe, território, entre outros (BENEVIDES, 2007).

A cartografia compreende a produção de conhecimento não como uma representação estática da realidade, mas como um processo de construção coletiva que tanto considera a singularidade das semióticas de pesquisadores e pesquisados quanto às possibilidades de elaborar um plano comum e heterogêneo a partir de cada respectiva contribuição (KASTRUP; PASSOS, 2013).

A cartografia reconhece o caráter político da experiência e a inseparabilidade entre o fazer e o conhecer, isto é, pesquisar e produzir informação, já que toda produção de conhecimento gera uma transformação, ainda que mínima, da realidade (PASSOS; BARROS, 2009). É uma estratégia que coaduna com a proposta epistemológica de construção coletiva e o reconhecimento de protagonismos plurais defendidos pela prática da interseccionalidade.

Em tempos neoliberais, o capital se apropria não apenas da exploração da força de trabalho, mas da vida em si: corpos e processos de subjetivação são colonizados pelo inconsciente colonial-capitalístico, que atua nos sujeitos como uma “cafetinagem”, isto é, invisibiliza, desqualifica e subalterniza possibilidades de produção de ideias críticas e insurgentes (ROLNIK, 2019).

Ao invés de planejar a cartografia a partir da aplicação de uma metodologia “pronta” e hipóteses previamente determinadas, a proposta orientou-se pelas pistas que atravessam o curso do trabalho da pesquisa a partir dos encontros, já que o acompanhamento de processos não é capaz de antecipar em totalidade os procedimentos metodológicos. Como prever o que emergirá do campo? É através do acompanhamento das pistas e considerando que “o desafio é o de realizar uma reversão no sentido tradicional de método - não mais um caminhar para alcançar metas prefixadas, mas o primado do caminhar que traça, no percurso, suas metas” (PASSOS; BARROS, 2009, p.17) que podemos ir junto, participando e nos movendo de acordo com os direcionamentos dos efeitos da experiência de pesquisar com as trabalhadoras.

Ao mesmo tempo, ainda que haja certa imprevisibilidade sobre o que pode vir do

campo, quando situamos a pesquisa no território e nas sujeitas de pesquisa escolhidas aqui, trabalhadoras informais da comida de rua, percebemos que há uma circunscrição histórica de divisão sexual e racial do trabalho que também precisa ser considerada nas análises. Por isso, a proposta se hibridizou em uma cartografia interseccional.

O desejo foi dialogar com as trabalhadoras informais do comércio de comida de rua do centro comercial de Duque de Caxias para entrar em contato com suas experiências, escutar seus relatos e observá-las/acompanhá-las em seu cotidiano de vida e de trabalho a fim de perceber o modo como são impactadas pelos atravessamentos de gênero, raça, classe e os desafios de rotinas que as vulnerabilizam. Por outro lado, considera-se que, apesar da suscetibilidade às inúmeras adversidades de seus contextos, também há, entre elas, potência e produção de estratégias de enfrentamento no inventar de desvios que lhes garantem a sobrevivência através de seus trabalhos. Isto é, apostamos na existência e na força de linhas flexíveis e de fuga (ROLNIK, 2007). Ou ainda, como propôs o pesquisador baixadense Marlon Santos Dias, *sujeitas-cupins* (2022). Dias utiliza a metáfora da cupinzama, coletivo de cupins, para pensar o caráter revolucionário das táticas de enfrentamento e subversão coletiva agenciado por pessoas subalternizadas a sistemas opressores. À medida que os cupins avançam nas construções de túneis, facilitam a continuação dos avanços em busca de novos territórios (existenciais, intelectuais, culturais, sociais, econômicos e políticos) pelas próximas gerações.

Para a condução dessa cartografia houve a proposta de algumas ferramentas: realização de cartografia interseccional no espaço de trabalho das comerciantes, o centro comercial de Duque de Caxias. Além do grande comércio, o centro é local de grande circulação em função do acesso à transporte público de massa, por onde diariamente circula uma quantidade expressiva da população em deslocamento para seus locais de estudo e trabalho.

Para a observação do campo foram escolhidas duas estratégias: o roteiro de observação de campo e a elaboração do diário de campo com as impressões de cada intervenção realizada para a construção da cartografia, conforme Anexo 1. Além da observação-participante, lançamos mão de entrevistas em profundidade. O roteiro das entrevistas está no Anexo 2. O número de entrevistas foi decidido à medida que o campo e os encontros aconteceram. Esperava, neste tipo de encontro, que as mulheres pudessem contar sobre suas vivências ou, como bem definiu Suely Rolnik (2007), “dar língua aos afetos que pedem passagem”.

O espaço escolhido no município de Duque de Caxias, seu centro comercial,

corresponde a uma área onde estão localizados os meios de transporte de massa, o calçadão, onde ficam as principais lojas do comércio, além de três praças: A do Pacificador, onde fica o Teatro Raul Cortez; a da Emancipação, também conhecida como Praça do Relógio; e a Roberto Silveira, onde está localizado o Museu da Ciência e Vida, próximo da UNIGRANRIO. Nessa última é onde também acontece eventualmente a Feira do Produtor, onde os pequenos agricultores das regiões ruralizadas de Caxias (concentradas no segundo, terceiro e quarto distritos, Campos Elíseos, Imbariê e Xerém, respectivamente), têm barracas de vendas de comida de rua.

- **Mulheres entrevistadas, critérios de inclusão e exclusão:**

As mulheres entrevistadas eram trabalhadoras informais do comércio de comida de rua. O critério de inclusão para selecionar as possíveis respondentes à pesquisa foram as que preparam os alimentos para a venda. O critério de exclusão foi as vendedoras de produtos embalados e industrializados.

- **Aspectos éticos das entrevistas:**

As entrevistas foram realizadas em locais combinados com as entrevistadas em lugar onde elas se sentissem confortáveis o bastante para responder às perguntas. Quando autorizado, as entrevistas foram gravadas em meio digital (aplicativo de voz pelo *smartphone*) e devidamente armazenadas na nuvem do Google Drive. Essa estratégia se justifica pela possibilidade de preservar maior fidedignidade aos registros das declarações e retorno material para a análise em seguida. Após a utilização dos registros de mídias nas análises, os arquivos foram retirados do Drive e armazenados em HD pessoal.

Considerando o teor delicado da entrevista ao buscar conhecer mais a respeito da história de vida das trabalhadoras, foi garantida a privacidade e o sigilo das respondentes, assim como o direito à interrupção da entrevista caso demonstrassem interesse em descontinuar sua contribuição.

O TCLE (Apêndice C) foi elaborado a partir dos preceitos éticos das resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde. Uma cópia do TCLE foi entregue e lida junto à participante. A pesquisa foi aprovada em 08/07/2022 sob o parecer de número 58951922.6.0000.5240.

- **Análise do campo**

A estratégia utilizada para trabalhar as informações produzidas nos encontros com as

trabalhadoras é também interseccional. Quando Collins (2022) propõe sua utilização como recurso metodológico, ela sugere uma “arquitetura cognitiva da interseccionalidade” (COLLINS, 2022, p. 80). Ali ela triangula as três esferas possíveis de abordagem da interseccionalidade como a metáfora, de maneira heurística e o paradigma. Partindo dessas organizações, ela sugere como construtos centrais a observação da relacionalidade, do poder, da desigualdade e do contexto social, sua complexidade e possibilidades de justiça social.

E como premissas orientadoras dos construtos centrais o que a autora postula é considerar raça, gênero, classe, nacionalidade, sexualidade, geração, entre outros como sistema de poder interdependentes; considerar as complexas desigualdades sociais produzidas pela intersecção das relações de poder e como essas moldam experiências individuais e coletivas; e que para resolver problemas sociais é preciso que as análises sejam interseccionais (COLLINS, 2022).

## 5 RESULTADOS

O início do campo começou em setembro de 2022, após a autorização do Comitê de Ética em Pesquisa da ENSP, que saiu em agosto. Alguma coisa nesse processo me fez sentir dificuldades e até resistir à ida ao campo. Não sei se a insegurança de jovem pesquisadora em realizar o primeiro campo sem fazer parte de uma equipe ou se o retorno a um lugar tão familiar, meu território, em um crítico momento do país: ano de eleições presidenciais com intensa polarização política, após uma grave crise sanitária, política, social e econômica. Foi também um período de temperatura amena, marcado por bastante chuvas, condição que tende a impactar consideravelmente não só o funcionamento do comércio de rua, mas toda a movimentação do território, que é cercado de vários pontos de alagamentos. Houve inclusive dois adiamentos de campo pelas chuvas e uma visita foi interrompida pela tempestade iminente.

Duque de Caxias é uma metrópole, a segunda maior cidade da Baixada Fluminense. É um território que tem muitos bairros, boa parte são residenciais. É sabido que em vários deles há a presença de trabalhadores informais da comida em praças e ruas, inclusive em portões das residências ou anexos da casa, as chamadas barraquinhas. Mas a escolha do centro comercial de Caxias foi feita por algumas razões: por ser a porta de entrada do município pelo acesso da Linha Vermelha, da linha férrea e a rodovia federal Washington Luiz; por concentrar quantidade considerável trabalhadores informais em uma região conhecida pelas vastas ofertas de comércio, que atrai diariamente bastante clientes; e porque nesse recorte estão os principais meios de transporte intermunicipais, então a circulação de trabalhadores e estudantes em deslocamento da periferia para o centro também contribui para a intensa movimentação do local.

- a) Caxias: lugar de comércio, conexões e implicações
- b) Deslocamento: o trem
- c) Estratégia de aproximação: COMER!
- d) Praça Roberto Silveira
- e) Praça do Pacificador e Praça do Relógio
- f) Shopping Center e Calçadão
- g) As trabalhadoras
- h) As entrevistas

### **a) Caxias: lugar de comércio, conexões e implicações**

O recorte do território para a realização do campo, o centro comercial, começa na altura da bifurcação entre duas avenidas paralelas: Governador Leonel de Moura Brizola e Dr. Plínio Casado, onde fica localizada a Rodoviária Velha de Caxias. A Avenida Governador Leonel de Moura Brizola, antiga Presidente Kennedy, é uma avenida estadual que tem em média 15km e seu início vai de uma transversal da Avenida Washington Luiz na altura de Pilar, bairro do segundo distrito, até os limites do município com o Rio, no bairro de Vigário Geral, onde encontra com a Linha Vermelha. É através dela que boa parte dos ônibus municipais fazem os itinerários do centro da cidade até os respectivos bairros.

Na Avenida Dr. Plínio Casado há a passarela de subida para o embarque no trem e ao longo dela há alguns pontos de ônibus, como os que vão para a Barra da Tijuca e mais atrás, das linhas que se encaminham para a direção aos bairros caxienses limítrofes à São João de Meriti.

Entre as duas avenidas estão localizadas as praças da Emancipação, conhecida popularmente como Praça do Relógio, e a Praça do Pacificador, onde fica o Teatro Raul Cortez, obra assinada por Oscar Niemeyer. Na mesma direção dessas praças, do outro lado da Av. Brizola, fica o calçadão, que vai até a Av. Manoel Telles, onde está localizado o “Shopping Center”, uma larga galeria do comércio onde ficam os ônibus intermunicipais para os bairros da Zona Norte, Zona Oeste, Centro e Niterói.

Além das ruas, a divisão do território também é marcada pela linha ferroviária, onde fica localizada a estação Duque de Caxias. Do lado oposto à Praça do Pacificador está a Avenida Presidente Vargas, uma ladeira que leva até a Praça Roberto Silveira, que é proximidade de duas grandes faculdades no local: Unigranrio e Estácio de Sá. Essa praça é rodeada pela Procuradoria Geral do Município, pelo núcleo administrativo da Prefeitura Municipal de Duque de Caxias, dois cartórios e o Museu da Ciência e Vida, duas faculdades e alguns cursos, além de pontos comerciais, como bancos, padarias e lanchonetes.





que não satisfeitas em deter o poderio local, permeiam a política institucional pelo legislativo e pelo executivo desde a década de 1980. Essa realidade somada ao vertiginoso crescimento de igrejas protestantes nas últimas duas décadas contribui bastante para a disseminação de uma cultura reacionária, autoritária, normativa e punitivista, cenário fértil à ascensão recente de políticas neofascistas.

Foi no município de Caxias que vivi boa parte da vida e era no centro comercial onde as principais atividades cotidianas eram realizadas, já que nas proximidades do bairro onde morava não havia muitas ofertas de comércio, bem como a maioria dos bairros de lá. Então fazer compras, ir ao médico, pagar contas ou buscar alguma opção de lazer local acontecia ali no Centro. Lembro de andar por ali na infância atenta às gritarias das vendas, às barracas com imensas cocadas pretas e brancas ou vitrines com coxinhas quentinhas, aos ciganos que puxavam as mãos das pessoas para uma leitura, as carrancas da minha altura nas perfumadas lojas de artigos afroreligiosos e às inúmeras ofertas de brinquedos nos camelôs. Foi ali também que concluí o Ensino Médio, que por vários anos fiz baldeação a caminho do ponto de ônibus para a Ilha do Fundão no primeiro contato com o ensino superior e onde durante algum tempo vendi doces para me manter enquanto buscava oportunidade de retomar os estudos.

Apesar de ser cria do território, conhecer seu funcionamento, estar familiarizada com a movimentação do comércio, o trânsito de pessoas e carros, os ensurdecidores estímulos sonoros das caixas de sons de lojas e vendedores, a observação cartográfica facilitou alcançar detalhes que de tão habituais poderiam facilmente passar despercebidos por quem circula cotidianamente pelo ambiente tão cheio estímulos e que são aqui apontados ao longo dessa análise. Apesar de desafiadora, a observação “pelos olhos de dentro” foi também uma oportunidade de libertação ao devir-pesquisadora, já que na academia hegemônica, branca e eurocentrada somos introjetados pela premissa de “sujeitos de pesquisa” e aprendemos a objetificar nossas observações. O campo foi momento de perceber a profundidade que pode ser a vivência da teorização contra-hegemônica e decolonial na experiência acadêmica.

Estudar a decolonialidade implica em profundas transformações ético-políticas, subjetivas, existenciais, coletivas e frequentemente nos implica a pensar sobre esses movimentos nas múltiplas esferas da vida. E a experiência de exercer a teoria como prática libertadora, como propõe bell hooks (2017), de fato está ligado a um processo de autorrecuperação. Descolonizar os saberes implica não apenas em buscar numa suposta alteridade respostas para as perguntas de pesquisa sobre um dado objeto, mas em reconhecer o quanto de nós é também constituído por aquela complexidade de atravessamentos que nos

atrai a observar porque nos produz sentidos e identifica pertencimentos.

Certamente essas apreensões mais detalhadas sobre o campo não esgotam todas as possibilidades de perceber cada nuance de um território tão plural e há limitações; não é possível dar conta de tamanha complexidade. A intenção do campo, portanto, foi registrar a presença de trabalhadoras da venda de comida de rua na composição de um lugar abarrotado de diversas outras vendedoras e vendedores informais que não puderam ser ignorados ao longo dessa cartografia.

É importante destacar que o trabalho informal tem cara: sua maioria expressiva são pessoas não-brancas, pardas e pretas. Andando pelas ruas do território durante a cartografia foram vistas muitas pessoas negras. O profundo impacto da desigualdade sociorracial está introjetado em cada nuance do contexto brasileiro e observar trabalhadoras e trabalhadores nas ruas foi dar de cara com os indicadores de discriminação do nosso mercado de trabalho, que nunca buscou reparação histórica para nossa herança escravocrata e mantém negras e negros em situações precarizadas. Entre a população trabalhadora caxiense há também quantidade expressiva de migrantes e descendentes, sobretudo nordestinos.

Mas é preciso também considerar que foi nas ruas que o povo excluído, principalmente negro, encontrou (e ainda encontra) meios de sobrevivência e enfrentamento a um sistema branco, excludente e dependente dessa pobreza para a manutenção de suas vantagens sociais e econômicas. Se só as ruas e as sobras lhes restam, é dali que produzem agenciamentos para lhes garantir a manutenção das suas vidas e a busca por melhorias. É preciso, no entanto, reforçar que a intenção aqui não é de modo algum fazer uma leitura romantizada das condições precárias em que trabalhadoras e trabalhadores informais vivem, mas identificar que apesar de todas as atrozidades circunstâncias desiguais desencadeadas e mantidas de maneira histórica pela branquitude hegemônica e pelo capitalismo dependente, existem desvios constantemente sendo produzidos por uma expressiva parcela da população brasileira. E que nesses bastidores de exploração de mão-de-obra sem direitos trabalhistas muitos agenciamentos também são produzidos.

As mulheres na comida de rua não são exclusivas, há também muitos homens que vendem alimentos, tanto os que envolvem preparo como os industrializados. Do mesmo modo, mulheres e homens estão presentes nas demais ofertas de produtos, entre as principais: eletrônicos, brinquedos, roupas, bijuterias, calçados e acessórios de vestimenta. As vendedoras e vendedores ambulantes podem ser encontrados em diversos pontos de maneira isolada pelas ruas e esquinas ou em algumas áreas de aglomeração em pontos específicos, como nas proximidades dos pontos de ônibus, da entrada da estação do trem e praças,

organizadas em mini aglomerações parecidas com feiras.

Ao todo foram realizadas cinco visitas ao campo feitas em dias diferentes da semana. O movimento do comércio tende a ser bastante intenso em todos eles, mais intensos aos sábados e com movimentação reduzida aos domingos, onde se concentra na Avenida Presidente Vargas, é lá que a feira de Caxias<sup>5</sup> acontece. Essa feira é conhecida pela variedade de ofertas: legumes, verduras, frutas, roupas, eletrônicos, comidas nordestinas, utensílios domésticos e até mesmo animais.

No campo tive a oportunidade de estar na estação ferroviária; no calçadão de Caxias; em duas praças, do Pacificador e Roberto Silveira; e na rodoviária conhecida como shopping center, além de circular pelas ruas, avenidas e passarelas de acesso que conectam os pontos visitados e que também são ocupadas em vários trechos por vendedoras e vendedores. Parei em várias barracas onde mulheres vendiam comidas feitas por elas, seja ali no preparo na hora ou trazidas prontas e embaladas de suas casas. Tive a oportunidade de conversar com várias delas, inclusive com trabalhadoras que vendiam outros produtos pela aproximação com as mulheres da comida. Elas estão ali durante o dia todo e fazem companhia umas para as outras, cuidam das mercadorias em caso de eventuais ausências, como ir ao banheiro; dividem algumas refeições, se ajudam com troco ou a montar e desmontar suas barracas.

Ao abordar trabalhadoras de comida que tinham por perto outras vendedoras, pude perceber a curiosidade delas sobre minha presença e interesse, o que atraiu a aproximação delas também para interagir. Pelas informações trazidas por elas na troca pude perceber pontos em comum com as trabalhadoras da comida, sobretudo relacionados à tripla jornada de trabalho: manter a casa, cuidar da família e vender. Esses encontros trouxeram à pesquisa a pista de que ainda que o cuidado não seja sua ocupação central, ele permeia toda a sua rotina e está diretamente relacionado à função exercida no trabalho, já que ele aparece frequentemente nas justificativas de atuação no trabalho informal: a flexibilidade de horário dá a possibilidade de conciliar suas vendas com as responsabilidades domésticas.

Das idas ao campo foram provocadas quatro oportunidades de entrevistas em profundidade, que foram realizadas duas presencialmente, no próprio local de trabalho, e duas na modalidade remota, de acordo com a preferência das entrevistadas. Dessas mulheres, três são negras e uma é parda, todas de famílias de migrantes e apenas uma delas não vem de família nordestina.

---

<sup>5</sup> <https://diariodorio.com/feira-de-duque-de-caxias-um-shopping-a-ceu-aberto/>

**b) Deslocamento: o trem**

O caminho pra lá de conhecido, da periferia para o centro, hoje é feito “ao contrário”: como todo periférico que busca melhores condições de vida, deslocamento, acesso a lazer e trabalho, a escolha pela moradia no centro da cidade do Rio de Janeiro aconteceu e a frequência no território diminuiu. Os motivos são diversos: desde a busca por lugares mais democráticos a existências plurais e acessibilidade à cultura e lazer até o distanciamento de um território refém de políticas e práticas fascistas, recrudescidas. E fazer o caminho contrário, do centro para a periferia, é completamente diferente dos abarrotados vagões onde milhares de passageiros, em sua maioria trabalhadores e estudantes, fazem malabarismos para disputar espaços minúsculos em deslocamentos diários das periferias em direção ao centro nos transportes públicos.

A escolha que faço do transporte para o trajeto é o trem, bem como milhares de caxienses diariamente. Apesar dos longos intervalos entre um e outro, em média 27 minutos em dia de semana, tende a ser a forma mais prática de chegar ao centro comercial de Caxias saindo da Central do Brasil. Ali na Central há também bastante ofertas de ônibus com direção a Duque de Caxias, tanto para o bairro do centro quanto para demais regiões mais destacadas do município. Mas além do caminho ser bem longo e contar com muitas possibilidades de engarrafamento pela Linha Vermelha ou pela Avenida Brasil, os ônibus também têm passagens mais caras. Apesar desses detalhes, entretanto, se deslocam tão abarrotados quanto os trens.

Ainda assim, é um serviço que pode ser atravessado de algumas intercorrências pelo caminho, como acidentes na linha férrea e interrupções dos serviços em função da violência armada em alguns trechos, como Manguinhos, bairro da zona Norte do Rio de Janeiro. Durante a realização do campo, o serviço sofreu uma interrupção no trecho de Triagem e demorou em torno de uma hora para retomar o funcionamento. A informação da SuperVia - empresa responsável pelo serviço de trem - foi que estavam aguardando a desobstrução da via para continuar a circulação, mas não especificou o motivo. Aliás, a obstrução da linha ferroviária acontece com alguma frequência na SuperVia, e alguns desses motivos têm a ver com furto de cabos, mas muitos atrasos não apresentam qualquer justificativa<sup>6</sup>.

O trem é também uma grande vitrine do trabalho informal. Ao longo de todo o ramal Saracuruna, que vai em direção a Duque de Caxias, é vendido uma infinidade de produtos e serviços: comidas de todos os tipos (todos mesmo: embaladas, preparadas e até congelados de

---

<sup>6</sup><https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/09/27/em-tres-meses-trens-da-supervia-atrasaram-mais-de-1800-vezes-segundo-relatorio-da-agetransp.shtml>

supermercados, as chamadas mercadorias “caiu do caminhão”, como chamam a venda de produtos que são fruto de roubos de cargas), bebidas, brinquedos, eletrônicos; e ainda performances artísticas, como música, slams, danças de rua e bastante pregações religiosas de cunho cristão evangélico, incluindo membros de igrejas ligadas a comunidades terapêuticas pedindo doações. Costuma ter inclusive muitas pessoas pedindo dinheiro, comida e até trabalho. Esse caminho da ida realizado pela manhã no contrafluxo tem menos ambulantes porque tem também menos passageiros, mas ainda é uma quantidade considerável. Estabelecendo uma conversa aqui e ali é possível entender que os vendedores de vagão retornam às estações finais para pegar mais uma vez a viagem que vai cheia da periferia até o centro.

Nas vendas de trem é possível ver muitas mulheres trabalhando, algumas acompanhadas de crianças, que inclusive colaboram com as vendas. Um desses exemplos é uma vendedora de fones de ouvido e carregadores. Enquanto a mulher leva o peso das mercadorias, uma criança recebe os pagamentos e entrega os produtos comprados, sob instruções de outra mais velha. É visto também algumas crianças trabalhando sozinhas e pessoas idosas e todas essas pessoas são, em sua expressiva maioria, pardas e pretas.

Durante uma das viagens chama a atenção uma moça branca de aproximadamente vinte anos com dois bebês: um no canguru e outro no carrinho. Dividida entre o trabalho e o cuidado, puxava ainda outro carrinho que era uma caixa de som grande acoplada a um microfone. Cumprimentou a todos pedindo desculpas, se apresentou como estudante de Psicologia, mãe de gêmeos e que canta no trem para manter sua família e seus estudos. O repertório dela era música evangélica.

### **c) Estratégia de aproximação: COMER!**

É sabido que a abordagem é uma etapa muito importante da interação com possíveis entrevistadas. Sobretudo em um campo realizado na rua, durante o trabalho das mulheres. Em princípio, nada específico havia sido pensado em relação à forma de chegar nas trabalhadoras. Estava disponível para perceber como se desencadeariam os contatos com elas. À medida que me aproximava delas ali na rotina de seus trabalhos, percebia que chegar como freguesa em potencial era uma forma mais natural de atraí-las para uma troca, já que as tentativas que fiz de aproximação direta para comentar sobre o interesse de pesquisa não tiveram o mesmo efeito. Elas procuravam concluir a conversa e voltar para seus afazeres. Algumas pistas sobre essa dificuldade de abordar diretamente pelo assunto foram:

- estão o dia todo na rua e ali em Caxias passam muitas pessoas panfletando, pedindo contribuições, fazendo pregações, abordando de várias maneiras. De repente evitar essas aproximações seja uma forma que algumas delas encontraram de se poupar de distrações ou possíveis incômodos durante o expediente;
- receio de divulgar alguma informação que as pusessem como deladoras de algo, sobretudo relacionado à política, que na região está ligada às milícias e/ou à polícia;
- entender a importância de conhecer suas histórias como algo relevante para a produção de conhecimento científico;
- a produção científica como trabalho de difícil visibilidade: “mas isso serve pra quê?”, como uma das vendedoras perguntou.
- Então, comi bastante! Chegava nas barracas, pedia algo para comer ou beber e o papo rolava. Às vezes, eram as próprias trabalhadoras que puxavam algum assunto. Aliás, poucas mulheres se restringiam apenas ao atendimento. A maioria delas interagem, são cordiais. O tratamento também faz parte do trabalho delas, como foi percebido depois no discurso das entrevistadas. Então, aconteceu de ter um bate-papo seja sobre o clima, o trabalho ou algo que estivesse chamando a atenção no momento, como músicas em volumes ensurdecadores, propaganda política e segurança, já que estão durante todo o dia expostas na rua, pela possibilidade de furtos ou roubos.

#### **d) Praça Roberto Silveira**

A descida é na primeira estação do município: Duque de Caxias. Além dela, que é a primeira logo após a de Vigário Geral, a cidade de Duque de Caxias conta com outras: Corte Oito, Gramacho, Campos Elíseos, Jardim Primavera e Saracuruna. O trem que parte da Central do Brasil vai apenas até a estação do Gramacho. Por isso, é preciso que os(as) trabalhadores(as) que saltam nas outras estações façam integração para continuar a viagem até a estação final de Saracuruna, onde é possível ainda pegar os “maria fumaça”, trens a vapor que vão em direção tanto a Magé como a Guapimirim.

A ferrovia corta o Centro pelo meio, então é preciso escolher um lado. Escolho o caminho da esquerda, Avenida Presidente Vargas, que vai em direção à Praça Roberto Silveira. É um trajeto de intensa circulação de estudantes trabalhadores(as) que dividem a jornada diária entre trabalho e qualificação profissional.

Logo na saída da estação de trem há bastante vendedores ambulantes. Ainda na plataforma tem os vendedores de mercadorias “caiu do caminhão”: pães, bolos, iogurtes e queijos. Tudo na validade e por um preço abaixo do mercado. Após a catraca, têm lojas fixas, a maioria lanchonetes. Talvez por isso não haja barraquinhas de comida ali. Mas tem de variados outros produtos: brinquedos, eletrônicos, roupas e diversos utensílios domésticos.

Nas barracas de roupas é impossível ignorar as toalhas dos presidentiáveis, bastante vendidas naquele momento. Chama a atenção a considerável presença de acessórios de Lula e do Partido dos Trabalhadores, isto é, há demanda de compra e possibilidade de vendas sem coerção de algum poderio local. Sobre essa pauta é válido relembrar que em 2018 era impensável ver no território caxiense qualquer propaganda relacionada a um governo de esquerda, porque até mesmo os candidatos locais eram “convidados a parar” de panfletar. Logo em frente à passarela da linha ferroviária está o ponto de ônibus dos transportes que vão em direção ao terceiro e quarto distritos, Magé, Guapimirim e outras linhas no sentido da serra em geral.

E a partir daí vejo as primeiras barraquinhas e carrocinhas de comidas. Ao lado do ponto, avisto um carrinho que vende pão de queijo e suco de laranja. Fazia calor e estava com sede, então pedi um suco. A vendedora, L., uma moça negra de aparentemente uns vinte anos, atendia um freguês enquanto almoçava em pé a sua quentinha. Peço desculpas por interromper a refeição e digo que quero um copo de suco, ela ri e responde “já tô acostumada”. Pergunto se ela é dona da barraca e há quanto tempo trabalha ali. Ela diz que não é a dona, mas trabalha ali “já tem um tempinho”, mas imediatamente diz que não é de Caxias. Vem todos os dias de Santa Cruz, na Zona Oeste. Paguei o suco, expliquei brevemente a pesquisa e pedi o contato dela. Ela perguntou “é alguma coisa de política?”, então falei que é um estudo que desenvolvo no curso de pós graduação em Saúde Pública. Acho que o uso da palavra “pesquisa” em um contexto pré-eleição talvez a tenha feito correlacionar os assuntos. Depois que expliquei, ela topou e trocamos contatos.

L. inclusive fez contato comigo alguns dias depois perguntando se lembrava dela, “a moça do suco e pão de queijo”. Disse que sim, agradei o contato e conversamos um pouco. Quando perguntei se poderíamos agendar um momento para fazer algumas perguntas relacionadas às vivências dela como mulher que vende comida, não respondeu mais.

Na subida da ladeira em direção à praça é possível ver ainda muitas vendedoras e vendedores em suas barracas. As calçadas são tomadas pelas vendas de rua, que disputam espaços entre os passantes e o comércio das lojas físicas. Nesse trajeto tem um trecho de lojas/barracas que é muito antigo e causa curiosidade. São tendas que vendem ervas, artigos

religiosos, peixes, carne de porco e boi, entre outras ofertas peculiares que se assemelham bastante aos produtos da feira de São Cristóvão, reduto da culinária e cultura nordestina<sup>7</sup>. É também onde ficam as maiores lojas de artigos religiosos de matrizes africanas da região e atraindo clientes de diversas localidades, incluindo de outros municípios.

Subo a ladeira e vou andando em direção ao semáforo em frente à praça onde fiz a primeira visita, a Praça Roberto Silveira. Uma moça negra puxa seu carrinho de bebidas e caixas de bala de banana enquanto concilia as vendas com uma panfletagem de algum candidato da política local. A Praça Roberto Silveira é uma área conhecida pelas feiras do produtor local, onde trabalhadores das áreas rurais do município expõem seus produtos, e de artesanato, então há sempre muitas barracas dispostas no local - além, dos já falados carrinhos dos ambulantes, que não têm ponto fixo e circulam pelas ruas. Era uma segunda, então a feira do dia era das artesãs. A dos produtores locais, trabalhadores de regiões rurais, acontecem às terças e sextas, segundo informações locais. Dei uma volta ao redor de toda a feira e os produtos ali vendidos eram majoritariamente artesanais: sapatos, bolsas, roupas e caminhas para animais domésticos, caixas organizadoras de madeira, panos de prato e bijuterias.

No meio delas havia dois pontos de vendas de comidas: A primeira delas era de G., uma jovem negra, vendedora de docinhos que estava ali naquele ponto pela primeira vez. Muito simpática, sua barraca era bem “instagramável”: tinha logomarca, decoração, embalagens personalizadas e cartões. Sentiu-se curiosa com a minha presença, disse que me viu observando a feira. Conteí para ela sobre a minha pesquisa e que estava ali fazendo campo, que respondeu: “ah, então por isso que você já passou aqui duas vezes!”. Ela me deu seu cartão, disse que topava contribuir. Segui G. no Instagram profissional dela e na mesma semana fiz contato com ela. Não chegou a responder.

Perguntei se havia mais trabalhadoras ali que vendessem comida, ela me apontou uma barraca a poucos metros dela. Eram duas senhoras que ofereciam empadas, bolos, tortas, além de bolsas e panos de prato. Quando me aproximei delas, perguntei se elas que preparavam. A mais falante disse “claro! Se tem uma coisa que paraíba (SIC) sabe fazer é comida, minha filha”. Muito risonha, se apresentou. A., moradora do Parque Paulista, Duque de Caxias. Vive com o marido, a filha e o neto. Segundo ela, ambos estão desempregados no momento e ela divide a manutenção das despesas com o esposo. Perguntou inclusive se eu poderia avisar caso soubesse de vagas abertas para auxiliar de serviços gerais, que ela passaria para eles.

---

<sup>7</sup> O Centro Luiz Gonzaga de Tradições Nordestinas ou Feira de São Cristóvão, como é bastante conhecido, é um pólo de comércio e cultura de produtos nordestinos. Fica localizado no bairro de São Cristóvão, na cidade do Rio de Janeiro.



Estava acompanhada de sua irmã, B, moradora do Jacarezinho, mas que ia para a feira em Caxias com a irmã trabalhar na venda.

A. ficou curiosa e quis entender melhor o que eu fazia ali na praça. Conteí um pouco sobre meu interesse de pesquisa e perguntei se ela toparia dividir comigo a sua história. Em princípio, ela pensou que a tal “colaboração” que estava buscando seria financeira e logo tratou de me dizer que o movimento estava fraco, havia vendido pouco. Expliquei que, na verdade, meu interesse era em escutar a história dela enquanto vendedora de comida ali no ponto, suas vivências, como sua vida era impactada pela função e de que forma ela se valia de seu trabalho para transformar a sua vida de maneira geral. Ela disse que, então, seria um prazer, já que havia trabalhado com vendas de comida em diversos momentos da vida, assim como sua irmã B. As duas então compartilharam algumas das suas atuações ao longo da vida em diversos territórios. Me convidaram para sentar, apresentaram para R., uma vendedora parda de semi jóias da feira há 18 anos. Troquei uma ideia com as três sobre muitas coisas relacionadas às dificuldades do território, como transporte, trabalho e vínculos familiares.

R. contou que era moradora de Ricardo de Albuquerque e que fazia feira em Caxias duas vezes por semana. Também vendia por encomenda e divulgava pelos status de suas redes sociais. Contou que mora com as duas filhas e a mãe, que demanda cuidados. E quando está na feira, as filhas, já adultas, se revezam entre suas atividades e o cuidado da avó. Elas foram muito receptivas e cuidadosas, me acomodaram em um banco na sombra porque estava quente o dia. Ganhei também uma sobremesa de banana com canela feita pelo filho de B, estava uma delícia. Trocamos contatos para agendarmos a visita.

Conforme o encontro combinado, retornei à praça Roberto Silveira para entrevistar as irmãs A e B. Na parte da tarde, horário sugerido por elas. Quando cheguei, elas estavam desmontando a barraca às pressas porque a chuva já dava sinais de que cairia pesadamente. Elas se desculparam repetidas vezes por não ter como acontecer no momento, já que moram distante (Nova Campinas - DC e Jacarezinho) e o deslocamento com chuva se torna complicado tanto em função do trânsito quanto pelos pontos de alagamento que se formam na cidade. Ofereceram suco, café, bolo como uma forma de “pedir desculpas”. Reconheciam a dificuldade do deslocamento para chegar até elas e lamentaram bastante a suposta ida até lá “em vão”. Expliquei que de forma nenhuma existia a possibilidade de ser uma viagem perdida.

Ajudei as duas a guardar as mercadorias: comidas em uma sacola; toalhas e bolsas em outra. Os itens não perecíveis ficam em um depósito nas proximidades, que aluga espaço para os ambulantes não precisarem se deslocar com mercadorias. Em outras entrevistas, pude saber

que há vários estacionamentos que alugam espaços para armazenamentos das barracas e carrocinhas. Existem diversos deles em vários pontos do bairro, já que há uma alta demanda de vendedores de rua que precisam de espaço para guardar seus materiais de trabalho.

Enquanto desmontamos, outros vendedores se organizavam para ir embora também. A vizinha de barraca, R., a vendedora das bijuterias, explicava a movimentação: “a chuva tá prevista para cair lá pelas 15h30, 16h. Então a gente tem que se antecipar. Já são quase 15h”, disse. Em seguida, pediu para as vizinhas vigiarem suas mercadorias para ir ao banheiro. É preciso apoio para vender na rua e estabelecer certos vínculos de confiança para manter-se ali como vendedora. Na ausência de R., B. explicou que já houve furtos de bijuterias ali.

Então uma delas reclamou de vender às segundas. Disse que o movimento é muito fraco. Perguntei quais eram os dias daquela feira, ela disse que domingos e segundas. Mas ainda não havia tentado aos domingos e não explicou o porquê. Comento com ela que a feira de Caxias aos domingos é muito conhecida não só pela vasta oferta de produtos, mas pelo seu grande público e que por isso poderia ser uma boa tentativa, ela considerou “é, quem sabe mais pra frente?”. Complementou ainda, indignada, que uma diária de R\$18 paga a fiscais da prefeitura era muito cara para o movimento da segunda e repensou a possibilidade de “por barraca” no domingo. Depois disse que a irmã teria dificuldades para estar ali, já que recebe encomendas de salgadinhos na sua vizinhança e costuma preparar aos domingos. A irmã a interrompe e diz “mas eu venho para cá porque para mim é um lazer”, e justificou seu trabalho na feira com reclamações indiretas sobre suas relações domésticas. Quando perguntei sobre o que a fazia querer sair de casa, deu uma resposta evasiva: “homem muito tempo dentro de casa só dá estresse”.

Depois de tudo empacotado, as duas deixaram a barraca desmontada (uma mesa larga de ferro com um tampo de madeira e uma tenda de plástico) porque o responsável da prefeitura pelos aluguéis recolhe ao final e seguiram para o estacionamento-depósito para deixar a sacola com as mercadorias da costura. As comidas voltaram com elas, pela necessidade de conservação.

#### **e) Praça do Pacificador e Praça do Relógio**

Descendo a passarela do trem para o lado direito do Centro é possível avistar os pontos de ônibus na Avenida Dr. Plínio Casado. Ali se concentram muitos vendedores de bebidas geladas com suas caixas de isopor e gelo. Carregam também petiscos industrializados, como salgadinhos, peles (que é um salgadinho bastante popular) e biscoitos. No meio deles tinha uma venda de comida de rua, era de uma vendedora de tapioca. Quis

muito me aproximar dela, mas ela não parecia receptiva a trocar naquele momento. É uma barraca antiga no ponto, então considerei retornar em outra oportunidade.

Em outra visita estive lá para me aproximar. A vendedora de tapioca não se mostrou disposta a conversar. Respondeu de forma monossilábica às tentativas de interação que foram propostas e quando perguntei se toparia contribuir com a pesquisa, de cabeça baixa disse “não quero não, obrigada”. Agradei e segui o trajeto.

Mais adiante é a Praça do Pacificador, um largo onde fica a Biblioteca Municipal Governador Leonel de Moura Brizola e o Teatro Raul Cortez. Entre as duas construções costumam acontecer os maiores eventos locais, assim como ações sociais da prefeitura e uma grande feira de livros durante o dia. À noite também costuma acontecer eventos culturais, como o Samba do Trabalhador, uma roda de samba e pagode no início da noite, em um horário pós expediente; e mostras de cinema e dança ligados a coletivos locais. Em frente à praça tem alguns bares, então a região é sempre bastante movimentada. Nesse trecho não foi percebida a presença de vendedoras de comidas, apenas vendedores de bebidas e petiscos industrializados.

Caminhei mais um pouco a frente na direção da Praça do Relógio, onde há uma concentração de camelôs ao lado uns dos outros, como uma pequena feira. Ali vendem muitas roupas, principalmente infantis, além de réplicas de calçados de marcas, itens eletrônicos e brinquedos. Na região não tem vendas de comidas de rua que envolvam preparo, apenas industrializadas.

Chamou a atenção nesse trecho a divisão das propagandas políticas. Para uma caxiense que viveu as eleições de 2018 no território, perceber adesivos, bandeiras e toalhas de candidatos progressistas à venda deu a impressão de que algo ali estava diferente da eleição anterior.

Em um momento em que já avançava o horário e batia a fome, decidi parar para comer um pastel em uma barraquinha de churros e pastéis onde tinha duas moças negras bem jovens trabalhando. Em frente à venda tinha uma loja com uma caixa de som com um volume ensurdecedor de frente para elas. Perguntei como conseguiam trabalhar assim. Uma delas respondeu: “hoje até que não tá tão alto”, e riu. Pedi uma promoção: um pastel com copo de refrigerante e, enquanto comia, escutava as meninas contando sobre o movimento do local onde trabalham. Elas interagiam comigo, atendiam e trabalhavam sem parar. Enquanto uma fechava pastéis, a outra fritava. O movimento ali estava intenso, muitas pessoas paravam para comprar.

Enquanto comia e tinha o copo regado pelo “chorinho” de refrigerante, expliquei meu

interesse em entrevistá-las e perguntei se elas topariam. Uma delas, J., disse que trabalhava ali há alguns meses, mas aquela barraca era da tia há quinze anos. C., a moça que fritava os pastéis e churros, interagiu menos pelo excesso de demanda. Paradas no semáforo em frente à estação de trem, muitas pessoas passavam ali. Só o tempo que estive, coisa de dez a quinze minutos, percebi pelo menos seis clientes além de mim. As duas passaram o contato e me despedi delas.

#### **f) Shopping center e Calçadão**

Do outro lado da Avenida Brizola está o calçadão, com várias lojas de grande porte do ramo de móveis, vestuários, farmácias, clínicas, bancos e papelarias. É ali, inclusive, que está uma das principais lojas de embalagens e insumos para preparo de comidas, a Vivian Festas, localizada na entrada da Galeria Baltazar, um dos acessos ao centro do calçadão.

Nesse trecho é possível ver que há alguns quiosques de alvenaria onde também são vendidas comidas de rua, mas em maior tamanho e com uma quantidade expressiva de funcionários uniformizados. Então continuei em busca das barracas e carrocinhas. É um espaço bastante movimentado de pedestres e um pouco apertado, já que as calçadas dividem espaços entre as araras e produtos expostos das lojas nas portas, as pessoas em circulação e as barracas de comidas. Até que encontrei C., uma mulher negra vendedora de pipocas muito simpática. Quando cheguei até o local, A. atendia duas pessoas então aguardei o momento dela poder me atender. Pedi uma pipoca e, enquanto comia e acompanhava o ritmo intenso das suas vendas, conversava com ela sobre o trabalho. “Todo mundo aqui me conhece, são muitos anos nesse ponto!”, ela dividia a experiência.

Perguntei se ela então toparia me contar um pouco sobre sua vivência ali, ela prontamente disse “quero!” e deu seu contato. Sugeri ainda uma sobrinha que tinha uma barraca de pipoca também no calçadão mais adiante, próximo ao supermercado Guanabara. Fui até lá procurá-la, mas não encontrei a pipoqueira indicada no momento.

Segui para a Av. Manoel Telles e andei em direção ao shopping center para acompanhar o movimento. Ali encontrei mais um aglomerado de vendas em barracas com diversos itens de vestuário, conhecida como “feirinha”, que disputa espaço no largo com as mercadorias das lojas físicas. Um pouco mais adiante encontrei uma vendedora de churros, P., que muito gentilmente me atendeu e conversou comigo. Pedi um churros e enquanto ela prepara conversamos. Conte para ela sobre a pesquisa, ela escutou atentamente e perguntei se ela gostaria de participar. Ela disse que sim, mas no momento estava sem telefone e pediu para que eu retornasse lá em outro momento porque ela estava para recuperar o contato.

Respondi que tudo bem e voltaria até ela, mas da última vez que estive na região sua barraca não estava funcionando no momento. Durante toda a realização do campo, além das barracas e carrocinhas foi possível também notar a presença de vendedoras e vendedores que não possuem um local fixo, caminham pelas ruas segurando suas caixas e tabuleiros ou empurrando carrinhos com rodas largas. Desses ambulantes das comidas de rua, foram vistos vendedores de salgados de forno, como empadas, pastéis e joelhos; e doces, como bolos, tortas, cocadas, quindins e brigadeiros. Além de outras sobremesas conhecidas como “doces finos”, como palha italiana, bombas e tortilhas. Uma dessas mulheres das vendas sem ponto fixo foi uma das inspirações para este trabalho e, ao ser convidada a dar uma entrevista para a pesquisa, aceitou de imediato.

### **g) As trabalhadoras**

Cartografar o território possibilitou o encontro com várias trabalhadoras com vendas nas ruas que interagiram e colaboraram com a construção das narrativas coletivas trazidas abaixo nas análises. Aqui descrevo com uma breve síntese cada uma das mulheres que contribuíram com as entrevistas em profundidade. Elas são moradoras e/ou frequentadoras do Centro de Caxias que trabalham no território diária ou eventualmente, como as feirantes.

A., 67 anos, negra de pele escura, casada, mãe de uma filha que é mãe solo e mora com ela. Moradora do Parque Paulista, bairro no 3º distrito de Duque de Caxias. Também já se aposentou, mas vende bolos, empadas, sobremesas e café com a irmã, além dos panos de prato e itens de cozinha que confecciona com decoupage e expõe na barraca.

B., 66 anos, negra de pele escura, casada, mãe de um filho adulto, que também trabalha com comida. Já é aposentada, mas ainda exerce as funções de costureira e cozinheira. Tem um boteco com o marido no Jacarezinho, onde vive. Faz feira com a irmã semanalmente na Praça Roberto Silveira onde vende bolos, empadas, sobremesas e café, além de bolsas, toalhas e panos de prato costurados por ela.

C., 50 anos, negra de pele escura, casada, mãe de uma filha. Moradora da Paulicéia, 1º distrito - DC, dona de uma das mais antigas carrocinhas de pipoca do calçadão de Caxias, trabalha desde os treze anos. Seus pais foram pioneiros nas vendas locais e, após o envelhecimento deles, optou pelo trabalho informal ao invés de atuar na área de sua formação, a radiologia, para conciliar com o cuidado de sua família: os pais idosos e a filha. Dos treze pontos de vendas de pipocas do local, três são de sua família. Por ser antiga trabalhadora do território é bastante conhecida na região, então costuma ser chamada para fazer ações sociais em igrejas e eventos políticos. Além das pipocas, revende produtos de catálogos sob

encomenda.

D, 33 anos, parda, casada, mãe de dois filhos pequenos. Moradora de Xerém - DC. Trabalhou como vendedora de doces, bolos, salgados e lanches para conciliar a maternidade e o trabalho quando nasceu o primeiro filho, há dez anos. Precisou interromper o trabalho de rua há um ano pela distância do novo bairro do Centro, que inviabilizou a conciliação do cuidado dos filhos com as vendas, mas ainda atende a demandas de encomendas. Estratégias de vendas: ambulante pelo centro de Caxias, fornecimento para lanchonete, trabalhadores de uma agência bancária e sob encomenda.

#### **h) As entrevistas**

Fazer as entrevistas foi uma experiência bastante interessante para conhecer um pouco mais a fundo algumas histórias de vida das trabalhadoras, perceber seus pontos em comum e suas singularidades; desafios e agenciamentos produzidos dentro das dificuldades enfrentadas no cotidiano. Além das entrevistas em profundidade, compuseram também essas análises as conversas informais com as mulheres que aconteceram e foram registradas nos diários de campo.

Tanto as trabalhadoras que toparam conversar informalmente ao longo da execução do campo quanto as que gentilmente aceitaram participar das entrevistas em profundidade<sup>8</sup> foram todas muito receptivas às trocas: havia disponibilidade para falar sobre suas histórias e expressar emoções ligadas às memórias e informações ali acessadas. Houve as que usaram do humor para falar de situações difíceis, outras que não contiveram as lágrimas ao citar determinados enfrentamentos vivenciados. Mas de modo geral, elas realçam suas conquistas em meio a tantas circunstâncias absurdas, como o reconhecimento que recebem no território por seus trabalhos e os esforços que fizeram para manter seus filhos estudando. Várias citaram orgulhosamente o apoio emocional e material que deram a eles para investir na educação e cursar o ensino superior.

Nesses encontros do campo tive a oportunidade de interagir com as mulheres individualmente e em pequenos grupos que se formavam espontaneamente entre as vizinhas de trabalho ou familiares que, curiosas com a presença de uma pessoa diferente, procuravam entender o que eu fazia ali. Nesses grupos as interações eram de muitas brincadeiras e chistes: ao mesmo tempo que estavam ali umas com as outras rindo, se provocavam e pareciam se

---

<sup>8</sup> Para contemplar as narrativas que tão ricamente contribuíram com a elaboração desse trabalho, algumas das falas foram aqui incluídas diretamente, mas sem identificação da autoria para sustentar os relatos delas como sujeitas coletivas.

estressar. Duas dessas mulheres, irmãs, brincavam e brigavam sem parar. Uma vizinha de ponto comentou: “ah, elas são assim o tempo todo! me divirto”, e complementou que era muito mimada pelas duas, já que elas levavam comida e café para ela. Com outras interagi enquanto trabalhavam: puxavam assunto comigo e com outras pessoas, atendiam ao público, preparavam os pedidos, tudo ao mesmo tempo. E naquele ritmo acelerado iam dando conta de tudo que conseguiam. Através de suas histórias foi possível perceber que, por mais difíceis e cheias de precarizações que sejam suas vivências, elas produzem constantemente alternativas que lhes garantam a sobrevivência.

É válido ressaltar que a intenção dessa pesquisa consiste em escutar as produções de agenciamentos e conhecer os desvios que engendram em suas vivências apesar das absurdas situações a que estão expostas pela precarização do trabalho informal e o acúmulo de função gerado pela divisão sexual e racial do trabalho com as funções domésticas por elas assumidas. Portanto, não há qualquer intenção de romantizar a sobrecarga delas em dar conta de todas as atribuições que assumem, mas identificar e reconhecer que essas mulheres, apesar de todos os apagamentos, ocupam as frestas que aparecem em busca de futuros possíveis.

A sobrevivência pelas brechas está presente nos relatos desde a história familiar e explicam como começaram a trabalhar com comida de rua. Foi na família que viram e aprenderam a cozinhar para vender. Quando foram perguntadas sobre como deram início ao trabalho, elas trouxeram suas histórias familiares e explicaram que, apesar de terem tido outras oportunidades de qualificação profissional e experiências de trabalho, até mesmo no mercado formal, optaram por permanecer na informalidade das vendas de rua para conciliar com o cuidado tanto dos filhos quanto dos pais idosos. Algumas das entrevistadas já são inclusive aposentadas e ainda trabalham não apenas para complementar renda, mas porque gostam: “Ah, o trabalho a gente vem, faz comida, almoça aqui, se diverte... Eu e minha irmã brinca e é tudo bom. A gente gosta de ficar na praça porque é um divertimento, é um lazer (...) ver a banda passar”. A produção de sentidos através do trabalho torna para algumas uma estratégia de manutenção da própria ideia de “serventia”. Passaram a vida toda trabalhando, se entendem na ação de trabalhar e recorrem a ela para seguir.

Todas as entrevistadas contaram ter vindo de famílias onde pais e avós migraram para Duque de Caxias/RJ em busca de condições melhores de vida e trabalho. Apenas uma dessas famílias de entrevistadas não veio da região Nordeste, mas de um estado vizinho do Sudeste. Ela contou que sua avó e sua mãe trabalhavam como empregadas domésticas para uma família caxiense bastante conhecida na região.

As mulheres de famílias nordestinas contaram que no período de migração suas

famílias foram separadas: os pais vieram na frente para conseguir emprego e moradia e elas, que eram crianças, foram distribuídas entre alguns parentes nas cidades de origem para terem como sobreviver. Com isso, trabalharam desde muito jovens nos serviços domésticos até migrarem aos poucos com outros irmãos para junto dos pais. Essa mesma história de separação dos filhos para migração junto com trabalho ainda na infância se repetiu no relato de outra entrevistada não por sua própria vivência, mas ao citar a vinda de sua mãe para Duque de Caxias/RJ, que até hoje trabalha como vendedora de comida de rua.

Suas histórias também dividem como ponto em comum o modo como aprenderam a cozinhar: todas são filhas de mulheres negras; pretas e pardas, que foram empregadas domésticas e que também tinham o histórico de vendas de comida como forma de complementar a renda familiar. Foi a partir dessas vivências, tanto de ver em casa os exemplos familiares como da necessidade de trabalhar desde muito jovens, que entenderam a venda de comida como um meio de trabalho.

Apesar da atuação principal das vendas acontecer nas ruas, falar sobre seus trabalhos é indissociável do vínculo com seus contextos domésticos, já que suas jornadas de trabalho começam ainda em casa. A organização da rotina, o preparo, o armazenamento dos materiais utilizados e das comidas que, em alguns casos, acontecem na cozinha de casa e se misturam à rotina de cuidado e manutenção familiar. Então, ainda que estejam boa parte do dia nas ruas, em pé, no atendimento ao público, suas casas também compõem o ambiente de trabalho, sobretudo a cozinha.

Aliás, o expediente é balizado pela demanda doméstica, isto é, o horário de trabalho de todas elas é adaptado para conciliar com as necessidades dos que dependem de seus cuidados: filhos, pais e maridos. Caso haja alguma situação familiar, como preparar as crianças para a escola ou acompanhar alguém ao médico, a prioridade é estar à frente do cuidado e o trabalho fica para depois. Sobre os períodos em que se ocupam de atividades domésticas, tiveram comentários como: “em casa a gente trabalha mais do que na rua!”, ou que “trabalhar na rua dá menos dor de cabeça”.

Nos relatos da entrevistadas foi possível perceber também que é ainda na família que buscam apoio quando precisam de alguém que as amparem na conciliação entre o trabalho com o comércio de rua e o trabalho doméstico, como revezar no cuidado dos pais idosos ou deixar os filhos com alguma mulher da família para trabalhar. Além de dividirem também a sociedade no comércio de rua. Das entrevistadas, todas trabalham ou já trabalharam em algum momento da vida com irmãs, tias, primas e/ou mães. Apenas uma delas citou o marido como parceiro de trabalho.



No entanto, o apoio familiar não é incondicional. Também há relatos de invalidação sobre suas funções e, nos casos aqui trazidos, eles apareceram em relação a seus companheiros, que reclamam da sobrecarga de trabalho e do baixo retorno financeiro: “você ouvir que seu trabalho é burro, que você precisa trabalhar muito pra poder ter as coisas, pra pagar as coisas, é difícil (...) quando te afirmam isso, você já não enxerga mais seu valor. E eu já tive vários momentos assim”. É impactante perceber a avaliação negativa sobre suas funções. A cultura de desvalorização do trabalho de mulheres, sobretudo na informalidade, atravessa inclusive suas relações pessoais. Apesar do não reconhecimento, todas disseram que durante os períodos de eventuais desempregos dos parceiros foram a principal renda de suas casas.

Sobre o trabalho em conjunto com outras mulheres da família, foram citados diversos esquemas de organização. Algumas disseram que se revezam no preparo dos alimentos: quando uma cozinha doces, sugere que a outra faça os salgados; outras que trabalham nos preparos dos alimentos em casa para garantir o abastecimento dos produtos frescos (e cuidar das crianças das duas) enquanto a parceira fica no ponto das vendas. No caso de produtos preparados na hora, como pipocas, atuam em barracas separadas, mas próximas. Então recorrem umas às outras caso precisem de algum suporte durante o expediente.

Mas não é apenas nas famílias que constroem redes de apoio. Elas também estabelecem vínculos de solidariedade entre vendedoras, vendedores e demais trabalhadores nas ruas, seja entre as barracas e carrocinhas ou entre os lojistas. As interações entre trabalhadoras e trabalhadores que ficam nas praças, ruas e calçadões apareceram como parte importante de suas manutenções nos seus pontos, já que diariamente estão ali e eventualmente precisam de apoio mútuo, seja para montar e desmontar suas instalações, trocar dinheiro, indicar clientes ou cuidar de suas mercadorias caso precisem se ausentar temporariamente do local de trabalho. Os trabalhadores das entregas também fazem parte dessa cadeia, já que algumas delas trabalham com fretes.

Essas relações de trabalho se estabelecem também de maneira ampliada com o comércio das lojas físicas da região. No relato das entrevistadas foi possível perceber que conhecer trabalhadoras e trabalhadores das lojas facilita o acesso a locais onde possam esquentar suas marmitas e ir ao banheiro. Uma delas contou inclusive que consegue até mesmo tomar banho para enfrentar os intensos períodos de calor no verão. É ali também que conhecem fornecedores de insumos e viram clientes. Por conhecerem seus trabalhos, também acontece do fornecimento sugerir novos produtos para que testem a qualidade e elas deem suas devolutivas.

O funcionamento das lojas também serve como parâmetro para o horário de trabalho das barracas e carroças: se elas estiverem abertas e o comércio funcionando, é possível trabalhar. Se não, não tem movimento de clientes e a circulação entre praças e calçadão acaba. E, nesses casos, a segurança fica comprometida. Então não costumam trabalhar nas ruas aos domingos e feriados. Quando foram perguntadas sobre o que faziam quando estão de folga, disseram ser raras as ocasiões, já que estão frequentemente ocupadas com a casa. Mas citaram algumas atividades, como ir à igreja, assistir séries, filmes ou jogos de futebol do time do coração; tomar uma cerveja, usar as redes sociais e - de novo o cuidado - cuidar dos animais de estimação. Cachorros e gatos estiveram bastante citados entre as conversas, com fotos e até aparições nas entrevistas que aconteceram de forma remota. Nem uma delas costumam (ou conseguem) tirar períodos de férias.

Sobre as condições de trabalho, existem muitos desafios a enfrentar. Como falado anteriormente, a produção doméstica acontece nas brechas da vida familiar e muitas vezes tende a ser interrompida pelas demandas de cuidado, o que inviabiliza a separação do tempo exclusivo para o preparo e organização dos materiais para a venda. São múltiplas funções que atravessam constantemente e o trabalho que fica para depois, em algumas situações, corresponde a cozinhar madrugada adentro ou acordar antes do sol nascer para dar conta da atividade que precisou ser adiada ou interrompida.

Ainda que as entrevistadas vendam comida nas ruas, essa não é a única função que realizam. Todas elas têm alguma fonte de renda complementar, como aposentadoria, fornecimento de lanches, sobremesas e bolos sob encomenda para pequenas lanchonetes, bares, empresas vizinhas, festas de aniversário e casamento; vendas de toalhas, colchas e panos de prato artesanais, revendas de produtos em catálogos; bebidas geladas ou chips pré-pagos de linhas telefônicas. Citaram também ter vendido muitas máscaras de tecido durante a pandemia do covid-19.

No caso das comidas sob encomenda, é preciso planejar a conservação do armazenamento e as entregas. Há a preocupação da mercadoria fresca, na temperatura ideal e apresentável, então o transporte deve ser feito de forma que não balance nas bolsas térmicas durante o deslocamento. E as entregas nem sempre conseguem ser feitas por entregadores, então nesses casos são feitas por elas: “Colocava em bolsas térmicas, dependendo do que fosse levar, né. Bolsas de feira... Colocava tudo armazenadinho com talheres e pegava o ônibus.”.

As mulheres que ainda são mães de crianças comentaram também sobre as ocasiões em precisaram conciliar o trabalho de vender e o trabalho de maternar, levando os filhos com

elas. Nem sempre estavam em horário escolar, como finais de semana e férias, ou tinham redes de apoio, então se equilibraram entre as duas funções. Em relação aos filhos no trabalho, no entanto, todas as entrevistadas deixaram explícito que foram situações pontuais, como entregas de encomendas ou momentos específicos, e que não costumam levá-los para um turno inteiro na rua.

Nas ruas, é preciso estar atenta a muitos detalhes que facilitem o dia-a-dia do trabalho, como o depósito das estruturas utilizadas e das mercadorias não perecíveis. As carrocinhas precisam de estacionamento nos arredores do ponto de venda, já que é inviável o deslocamento diário de suas casas até lá, seja pela distância, trânsito ou peso dos equipamentos. As barracas de feiras são montadas e desmontadas por agentes da prefeitura responsáveis por seus aluguéis. E as trabalhadoras também recorrem ao aluguel dos depósitos para armazenar mercadorias não perecíveis e reduzir o peso do transporte, já que ainda têm de carregar produtos que precisam ser refrigerados.

Quando perguntadas sobre registros e legalização, as que trabalham no calçadão e ruas com barracas e carroças próprias falaram que pagam uma licença para ocupar o local e um relógio no ponto para utilizar energia elétrica. Eventualmente elas são procuradas para reorganizar a disposição dos pontos de vendas, mas não houve uma justificativa sobre o motivo. Segundo disseram, a Prefeitura já tentou padronizar as barracas e fixá-las em estruturas de madeira, mas elas contestaram por preferirem suas carroças. O argumento, além da autonomia sobre o carrinho, foi o risco de incêndio.

As que trabalham nas feiras são registradas na Prefeitura e têm seus pontos marcados pelos fiscais, a quem elas pagam uma diária. Esses fiscais montam e desmontam as estruturas das barracas, que são compostas por uma mesa com tábua de madeira e uma estrutura de metal para segurar um toldo, todas na mesma cor azul. As feirantes conseguem, através da fiscalização, o acesso para utilizar os banheiros da Prefeitura. As ambulantes que circulam pelas ruas vendem sem qualquer registro.

Algumas das trabalhadoras possuem a renda fixa da aposentadoria e trabalham para complementar, já que mantêm suas casas com seus companheiros, filhos e netos dependentes. Apenas uma vendedora comentou que paga o registro de Microempreendedor Individual (MEI), as demais não relataram nenhum tipo de registro de trabalho. Quando foram perguntadas se conseguiam atualmente fazer alguma reserva para possíveis urgências, todas disseram que não.

E tudo isso tem investimentos e custos: deslocamentos de ônibus do ponto para a casa, compra e manutenção de equipamentos, ingredientes para as receitas, aluguel de barracas e

depósitos, energia elétrica, água e gás utilizados nos preparos. Uma das preocupações demonstradas nas entrevistas foi a de manter um ritmo nas vendas, já que elas podem variar bastante de acordo com a época do ano. O aumento dos preços das mercadorias nos últimos anos também foi apontado como um problema crescente em muitas conversas. Uma das observações chamou a atenção por citar o impacto do aumento da pobreza sobre suas vendas: “Quando eu comecei era muito melhor. Até porque a inflação hoje em dia tá muito alta, ninguém tem dinheiro, todo mundo passando por dificuldades. Muita gente passando necessidade”. Essa mesma trabalhadora, entretanto, acrescenta em seguida uma justificativa para a sua persistência: “Mas a gente que é guerreira não pode desistir. Porque guerreira jamais foge à luta, não é verdade?”.

Todas elas passam grande parte do dia em pé, no atendimento ao público. Algumas têm banquinhos de plástico para os clientes, outras se localizam próximas a bancos de praças, onde param eventualmente para descansar em momentos de baixo movimento. As que trabalham sem estruturas e circulam por vários pontos se preocupam com o armazenamento e deslocamento de mercadorias, utilizam caixas de papelão no caso de doces, cestas para sanduíches ou salgados. Se trouxerem uma quantidade grande, colocam em carrinhos de feira para facilitar o transporte. A preocupação com os clientes também está no tratamento: interagem, conversam amenidades, oferecem guardanapos e canudos para melhor consumir os produtos; as que possuem bebidas entre as vendas informam que higienizam as embalagens; alertam ainda caso haja algum ingrediente que alguém possa ser alérgico ou correr risco de possíveis inflamações. Durante as entrevistas elas foram perguntadas o que as mantinham nas vendas de comida, já que poderiam optar por comercializar qualquer outro tipo de mercadoria. Escutei delas frases como “porque todo mundo alguma hora precisa comer”, “ninguém fica triste de barriga cheia!”, e a que parece melhor sintetizar as intenções das afirmações anteriores, “eu entendo comida como cuidado”.

O cuidado com o bom atendimento, entretanto, não as isenta de eventuais intercorrências com o público. Pechinchas, reclamações e calotes acontecem e, nesse caso, é preciso contornar as situações. O tópico de incômodos e assédios no trabalho teve muitas histórias de discussões, alguns casos tiveram até mesmo xingamentos. Alguns foram contados às risadas, mas de modo geral o incômodo pelo desrespeito ficou bem explicitado por todas elas:

Já tive clientes que, quando se trata de trabalho artesanal, trabalho manual, as pessoas não valorizam o que está ali por trás de alguém produzindo. O tempo, sabe, não só o valor dos insumos em si, mas o momento que você tá ali produzindo

alguma coisa, você tá de certa forma negligenciando ou deixando de fazer outra coisa que seria importante pra você. Então eu lidei muito com clientes que não concordavam com o valor ou agia de forma hostil. Ou que já deixaram de pagar pelo meu trabalho, entende? Então sempre tive quando se trata de pessoas você pode esperar de tudo.

Quando foram perguntadas se houve racismo em algum desses episódios, disseram não ter percebido. As entrevistadas mais retintas contaram sobre situações de racismo explícito em outros ambientes que não necessariamente o do trabalho e envolviam xingamentos específicos à injúria racial. Então ficou a ideia de que se não há expressão direta de racismo, talvez ele supostamente não tenha acontecido.

O clima é um fator importante para quem trabalha na rua, já que estão expostas diariamente e precisam adaptar suas permanências ao ar livre. Para os dias de sol é preciso de guarda-sóis, telhados nas suas instalações ou buscar as sombras das árvores próximas, além de se manterem hidratadas e alimentadas. Nos períodos de chuvas e tempestades é preciso estar atentas à previsão para saber se o trabalho vai ser interrompido, se correm o risco de enfrentar alagamentos porque há risco de perdas de mercadorias, como alertou uma das entrevistadas: *“minha carroça já virou com o vento, tu acredita?”*. Então elas estão sempre de olho na internet e conversando umas com as outras para saber e repassar informações sobre as condições climáticas.

Outro ponto bastante citado em diversas conversas é a disputa de espaços com as lojas físicas, que ocupam suas frentes no calçadão e praças. Tem muitas araras, móveis e variados utensílios em balaios por onde circulam pessoas e ficam as vendedoras com suas instalações: *“eles estão ocupando cada dia mais”*. Há também entre as lojas uma prática muito recorrente que é utilizar caixas de som para manter propagandas anunciadas durante o dia inteiro. Foi uma queixa bastante presente entre as vendedoras, algumas contaram já ter até feito denúncias à prefeitura do município mas que, segundo uma entrevistada, o problema volta poucos dias depois: *“Eles acham que dinheiro resolve. Propina.”*, deixando no ar uma indireta para demonstrar o incômodo com a não resolução do problema.

Em relação a comentários e críticas que envolvessem a política local, eles não eram aprofundados. Pelo clima entre turnos das eleições presidenciais e o momento do campo ter sido bastante atravessado pelas propagandas políticas, muitas colocações aconteceram de forma evasiva, sem fazer possíveis comentários que as deixariam em exposição sobre posicionamentos pessoais, apesar de algumas deixarem explícito seu candidato e o profundo desejo de mudança. A divergência política causada pela polarização das eleições, aliás, foi motivo de tensão entre algumas relações delas, como no trabalho e na família. Em dado

momento no campo, uma das mulheres contou em tom de segredo que não concordava com a escolha política da companheira de calçada, mas não dizia nada porque elas eram “amigas e se ajudam no trabalho”.

Houve quem evitasse falar sobre política por vínculos no território: uma delas mencionou ter o apoio de um determinado político local em algumas situações, como facilitação no acesso à saúde pública e bolsas de estudos em escolas particulares. E disse ser chamada eventualmente para “ações sociais” por esse político para atuar em eventos realizados em dispositivos da saúde, da educação e até mesmo em algumas igrejas. Nessas ocasiões, eles custeiam os ingredientes e elas se disponibilizam para trabalhar por um turno combinado. Não há remuneração pela mão-de-obra.

Nessas conversas em que a política foi tangenciada houve a preocupação em não entrar em detalhes, já que a segurança é um receio e participar de entrevista é algo que foge às suas rotinas. Ainda que tenham sido informadas do interesse de pesquisa, algumas evitaram identificar pessoas ou lugares como uma forma de se preservarem, afinal, estão expostas nas ruas.

A sensação de estar em evidência é uma preocupação frequente no discurso: é comum demonstrarem apreensão com a integridade de suas mercadorias e a exposição a possíveis assaltos, já que existe o risco. Nesse sentido, elas trouxeram episódios de furtos de barracas vizinhas, roubos e assaltos a pedestres e lojas, assim como episódios de tentativas e execução de roubos de cargas, carros fortes que abastecem e recolhem dinheiro em bancos nas proximidades, arrastões em épocas de intensa movimentação, como período de festas de fim de ano, e até eventuais acontecimentos de violência armada ligados à favelas vizinhas que se estenderam até o centro comercial. O exemplo mais significativo foi a morte de Charlinho do Lixão em 2019, que parou por dois dias o funcionamento do comércio e suspendeu as aulas. Por isso, qualquer movimentação diferenciada chama a atenção: *“você conhece as pessoas porque tá ali há anos. Quando tem alguém diferente circulando muito você já percebe”*.

Com tantas situações difíceis e extenuantes para lidar, foram citados alguns impactos na saúde que elas percebem estar relacionados à rotina de trabalho. Na saúde física, dores na coluna e questões relacionadas ao desgaste da cartilagem dos joelhos pelas muitas horas em pé; lesão por esforço repetitivo nos punhos e cotovelos pelo movimento de mexer panelas e massas; hipertensão arterial como consequência de situações estressantes do cotidiano. Também foram citados os cortes, arranhões e queimaduras que acontecem frequentemente. Entre as entrevistadas, felizmente, não houve episódios de acidentes graves relatados. Mas a possibilidade da ocorrência existe, sobretudo em casos de extremo cansaço.

Com relação à saúde mental, ansiedade por preocupação constante com a alta demanda, comprometimentos na qualidade do sono, lapsos de memória, como esquecer de comer; medo excessivo da exposição às ruas. Uma delas faz acompanhamento psiquiátrico há dez anos por uma série de violências já presenciadas, como assaltos, roubos e arrastões, além de ter sido também vítima de violência doméstica. Nas conversas do campo, houve quem brincasse: “você é psicóloga? então vem cá que vou chorar no seu colo”.

Além dos adoecimentos e agravos à saúde relacionados ao trabalho, uma delas faz acompanhamento do diabetes e investigava a saúde oftalmológica, que apresentava alguns comprometimentos. Duas das entrevistadas passam por acompanhamento oncológico com nódulos nas mamas. Uma delas é assistida pelo INCA há pelo menos um ano; outra estava no momento da entrevista em fase de descoberta e buscava estratégias de enfrentamento após a realização dos exames de imagem. Todas as entrevistadas disseram que são usuárias do SUS e recorrem a ele caso precisem de assistência e, em alguns casos, também buscam atendimento em clínicas populares do município. Quando perguntadas se havia substituições delas em caso de doenças, elas disseram que não. Nesse caso, as vendas param.

## 6 DISCUSSÃO

Fazer o campo a partir da cartografia foi uma oportunidade intensa de imersão. Já que é uma análise que funciona na transversalidade, acompanhar e identificar processos envolvidos em Caxias, intervir no território pela interação com as trabalhadoras, analisar as implicações e descrevê-los foi de fato um mergulho no plano das experiências (PASSOS; BARROS, 2009). Utilizar em conjunto a interseccionalidade como práxis de ação social é interferir mesmo, adentrar as vivências e caminhar, rir junto, participar de eventuais atividades que te solicitam algum suporte<sup>9</sup>, perceber os limites de cada interação, entender que nem todas as pessoas que vivem essa realidade de comércio de comida na rua estariam dispostas a falar sobre suas experiências. Mas perceber que as que se propuseram a interagir, seja nas conversas informais ou nas entrevistas em profundidade, me acolheram e caminharam comigo na proposta ali apresentada sobre os interesses em construir este trabalho. Estar ali como “alguém de fora”, que altera o cotidiano, também gerou nelas impressões e curiosidades a meu respeito, sobre o que faço e o que talvez tenha me motivado a conhecer suas histórias.

À medida que as mulheres dividiam comigo suas vivências, as emoções apareciam no discurso. Refazer contato com suas memórias também é retomar consciência sobre acontecimentos vividos e sentimentos envolvidos. O humor para sustentar temas difíceis pareceu tanto como um recurso para suavizar as informações como, em alguns casos, também tive a impressão de um certo embaraço em expressar situações complexas. Quando o choro foi inevitável e o acolhimento foi necessário, pude entender durante a troca que havia se construído um espaço minimamente confortável àquela exposição: “a intervenção é sempre clínico-política” (PASSOS; BARROS, 2009, p. 26).

Muitas reflexões surgiram à medida que o conteúdo do campo foi analisado. Como pudemos acompanhar, as trabalhadoras se desdobram em diversas funções de cuidado, manutenção, organização e preparo para manter as vendas. É uma rotina que exige delas muita desenvoltura e criatividade para buscar alternativas de sobrevivência em espaços de vida cheios de limitações, e isso impacta sobremaneira suas vidas. É uma realidade experienciada por elas desde a infância no convívio familiar.

As encruzilhadas que atravessam suas narrativas partem das origens de suas famílias

---

<sup>9</sup> Como nos momentos em que durante a presença no campo percebi que poderia colaborar com alguma ação ou fui convidada pelas vendedoras a dar algum suporte em determinados momentos



Elas contaram como foi a chegada ao município. Migrantes com relatos que se concentram sobre a vinda da região Nordeste à procura de melhores condições de vida e trabalho foram trazidos nas entrevistas. Algumas delas falaram do movimento migratório e a separação entre os membros da família, que na busca por sobrevivência eram distribuídos entre parentes em suas cidades originárias, até que seus pais pudessem se estabilizar no novo território e viabilizar a reintegração do núcleo familiar.

As identidades que necessitam se (re)construir entre lugares estão muito presentes na nossa história nacional, sobretudo pela herança do colonialismo. Foi na migração forçada que pessoas negras escravizadas do continente africano chegaram às Américas e que os povos indígenas se reorganizaram no território após a invasão e exploração sistemática realizada pelos brancos europeus. Beatriz Nascimento (1989) postula que há uma intrínseca relação entre corpo, identidade e espaço e que as corporeidades negras se constituem e redefinem na diáspora a partir do momento em que se impactam dessa ruptura e precisam seguir em busca da autoimagem perdida ou encontrar outras imagens possíveis (RATTS, 2006). Com o rápido crescimento da região na primeira metade do século XX e pelas razões envolvidas no processo, acreditamos que essa tenha sido uma situação em comum entre muitas famílias caxienses.

Duque de Caxias é uma metrópole que se desenvolveu à margem e em função das demandas da capital do Rio de Janeiro. À medida que o processo de urbanização acontecia no centro, ao longo da primeira metade do século XX, essa periferia se desenvolvia simultaneamente em um território longe o bastante para não ser um “desagrado” à expectativa estética que se construía para a cidade maravilhosa com seu “entulho humano” (ALVES, 2019, p. 108); perto o suficiente para se localizar importantes pólos industriais e, ao mesmo tempo, servir de moradia à força de trabalho que movimentava o capital e à mão de obra excedente que abastecia às necessidades das elites. Isto é, a Caxias nasce a partir da exclusão social e da desigualdade desencadeadas no e pelo processo de urbanização da capital, e tanto o centro quanto a periferia dependem um do outro (SOARES et al, 2022).

No período em que expande a industrialização, entre as décadas de 1940 e 1950, percebemos um vertiginoso aumento populacional na Baixada como um todo: de 140.000 habitantes para 360.800. No município de Duque de Caxias o aumento foi de 226%, ou seja, na primeira década do território recém municipalizado sua população expande acima do dobro, tendo entre seus novos moradores a população pobre da capital que mudou para a cidade e migrantes de outras regiões, sobretudo a Nordeste (ALVES, 2019).

Ao contrário das políticas de incentivo à migração europeia no mesmo período

histórico, início do século XX, que custeava não apenas as passagens dessa população operária para o nosso país como também lhes garantia terras e seis meses de proteção estatal (BENTO, 2022), não há qualquer registro de subsídio ou políticas públicas de incentivo à migração e amparo à essa população pobre, brasileira e não-branca em direção à periferia, como também não houve no pós-abolição.

O romance histórico *Água de Barrela*, de Eliana Alves Cruz (2016), conversa intimamente com este estudo em muitos pontos e é um excelente exemplo de histórias familiares que sofreram essa redefinição corpórea proposta por Beatriz Nascimento. Em linhas gerais, Cruz faz uma pesquisa sobre sua árvore genealógica para recuperar a memória apagada de sua família e resgatar informações de seus ancestrais que vieram do continente africano na diáspora, se estabeleceram na Bahia e migraram pelo território brasileiro até chegar na geração de seus pais, já no Rio de Janeiro. Além do deslocamento territorial, sua família foi separada em vários períodos por uma série de situações enfrentadas enquanto corpos negros ao longo da história, como escravização, punição, tortura, epidemia, assassinatos, perseguições e demais atrocidades relacionadas às práticas de manutenção do poder da casa grande. Assim como essa pesquisa, o livro também traz o registro das ganhadeiras, que após os primeiros momentos de libertas da escravização que sofreram, recorreram às ruas para vender seus quitutes e sustentar suas famílias; da parceria entre mulheres como agência. É ali no contato frequente das ruas que elas se amparam e organizam no trabalho e nas insurgências. A história do livro, que é sobre as várias gerações de uma família que passam pela escravização, a abolição até que a primeira pessoa tenha acesso à educação. Após sua árdua batalha em conseguir a formação é que as gerações futuras alcançam (e ainda com muitos esforços) melhores condições de vida e trabalho.

Há nos registros da cartografia a presença de crianças trabalhando nos trens. E nas entrevistas a menção do trabalho infantil apareceu em algumas histórias das participantes, seja para complementar a renda familiar ou como troca de favores pelo abrigo recebido durante a migração familiar. Essa prática, que já foi até mesmo institucionalizada, como a Lei do Ventre Livre<sup>10</sup>, hoje é devidamente reconhecida como violação de direitos humanos. Mas ainda é facilmente encontrada nas ruas do centro e da periferia. A cara dessa infância, como podemos imaginar, é negra. Se nas vendas pelas ruas vemos meninas e meninos trabalhando, nos relatos das mulheres percebemos que a divisão sexual e racial do trabalho é expressada ainda

---

<sup>10</sup> Em 1871, os filhos das mulheres escravizadas supostamente nasciam libertos, mas eram postos sob a custódia do senhor de engenho, que poderia receber uma indenização do Estado quando a criança fizesse oito anos ou fazê-lo trabalhar até os 21 anos como uma forma de compensação pelo seu sustento (BENTO, 2022).

mesmo na infância: há tanto o recorte racial como o de gênero (CARNEIRO et al, 2018), sobretudo pela relação dessa força de trabalho feminina e negra ser historicamente relacionada às funções de cuidado.

A partir do que é trazido sobre a comida ter sido um aprendizado repassado pelas famílias, entendemos a proposta de Thaís de Sant’Anna Machado (2022) em pensar a cozinha como um espaço de ação social e política entre mulheres negras:

(...) elas sempre buscaram agir com o pouco que tinham ao alcance, como ousaram se autodefinir diante de imagens estereotipadas e violentas de si mesmas, construídas por seus algozes, criando espaços negros de cuidado, de sociabilidade e de ação social e política (MACHADO, 2022, p. 28)

A produção doméstica (que se mistura à rotina da casa) como preparo para as vendas na rua mostra o emaranhado entre os ambientes privado e público. As realidades “porta adentro” e “porta afora” (MACHADO, 2022) estão entrelaçadas e interdependentes, já que a casa é onde o preparo das comidas e materiais de trabalho acontece, assim como algumas relações de trabalho com parcerias familiares; e a rua é o espaço onde expõem seus produtos à venda para que sustentem seus lares, bem como o lugar onde constroem outras relações de interação e sociabilidade.

Ao conciliar trabalho e cuidado, as mulheres assumem também o lugar da provisão, mas sem deixar de exercer as funções atribuídas à suposta natureza feminina de cuidar da casa e da família. Nesse sentido, Angela Davis (2016) propõe que a chave da libertação dessas trabalhadoras seria, portanto, que houvesse a socialização do cuidado como prática dividida em sociedade. Na realidade das experiências caxienses, o que pudemos perceber é que, na verdade, essas trabalhadoras contam umas com as outras para o cuidado das demandas domésticas.

O vínculo de suporte e interdependência que as trabalhadoras estabelecem com outras mulheres em situações parecidas mostra que o modo como encontram de repensar suas existências parte do reconhecimento de suas lutas e fragilidades em comum. Essa articulação comunitária de apoio prático e afetivo lhes viabiliza a produção de desvios: é através do aquilombamento que elas produzem agenciamentos contra as estruturas de opressão (RATTS, 2006).

Ao mesmo tempo que reconhecem a profunda dificuldade de suas rotinas, toda a sobrecarga e violências a que estão expostas em suas ininterruptas responsabilidades, essas mulheres exaltam suas histórias de vida e de suas conquistas. Fazem questão de dar o devido destaque através de seus trabalhos até porque só elas sabem o que lhes custou a realização

delas. E essa realização tende a acontecer pela transformação das vidas daqueles que cuidam, sobretudo os mais jovens, como os filhos e irmãos.

São sujeitas-cupins (DIAS, 2022): corroem por dentro as estruturas e produzem desvios coletivamente, dando passagem a quem vem em seguida delas para que alcancem lugares mais distantes do que foram capazes. Suas escolhas pessoais impactam na transformação do curso de uma coletividade e rompem com estruturas de poder e dominação.

Como pude escutar no campo, “comida é cuidado. Ninguém fica triste de barriga cheia”, os sentidos de seus trabalhos estão estreitamente ligados às suas funções relacionadas à divisão sexual e racial do trabalho. Existe uma íntima relação entre cuidar e alimentar e que conversa bastante com a figura da mãe preta, que cuida e alimenta os filhos dos outros (GONZALEZ, 1984). Ainda sobre esses sentidos produzidos em seus trabalhos, é possível pensar nos casos das mulheres, que mesmo após a aposentadoria ainda permanecem trabalhando para complementar a renda. Como foi possível perceber nos relatos, há também uma indissociabilidade entre suas vidas e suas ocupações laborais: por trabalharem a vida inteira, é no trabalho que elas enxergam também possíveis diversões e interações.

No que tange ao trabalho informal de vender comida na rua, existe uma relação histórica das mulheres negras na função. No período pré-abolição, as escravizadas responsáveis pela cozinha muitas vezes eram fonte de renda complementar das famílias brancas, faziam o “ganho”.

Entre as mulheres livres ou libertas, a rua muitas vezes era uma opção para conseguir manter suas vidas, já que após anos de escravização o único meio de trabalho que conseguiam era atuar como empregada doméstica. No entanto, a mão de obra era consideravelmente desvalorizada: em muitos casos lhes era oferecido como pagamento apenas comida e moradia (MACHADO, 2022). Como pudemos acompanhar nas entrevistas, todas as mulheres vinham de famílias em que mães e avós já realizavam trabalhos domésticos e ligados à cozinha.

As ganhadeiras, quituteiras, vendiam seus quitutes e estabeleciam ali nas ruas suas relações de sociabilidade. Do que vendiam entregavam seus recebimentos pelo trabalho nas mãos dos brancos que as escravizavam. Em algumas negociações, era com o dinheiro do ganho que se conseguia pagar pela alforria. Mas a circulação delas pelas ruas era também uma forma de mobilizar parcerias e revoltas. Um dos exemplos mais emblemáticos de levantes mobilizados por ganhadeiras e comerciantes foi a Revolta dos Malês, em Salvador. E, dentre as insurgentes, estava Luiza Mahin (MACHADO, 2022).

Levando em consideração esse nosso passado de escravização de pessoas negras e o consequente acúmulo material (e também simbólico) dos brancos em razão disso, podemos

perceber que o desencadeamento da flexibilização trabalhista ferrenhamente defendida pelo neoliberalismo (ANDRADE, 2019) na contemporaneidade, se vale das mesmas bases raciais para manter as estruturas de poder. Enquanto existe uma política econômica que defende o folclore da meritocracia para justificar ascensão profissional, o que percebemos é que os mesmos corpos permanecem nos mesmos espaços de precarização, o que torna todas as trajetórias pobres e negras em caminhos muito mais difíceis de ser percorridos (BENTO, 2020). Na prática, são mulheres pobres, periféricas e negras sem qualquer direito trabalhista ou amparo de políticas públicas que considerem a informalidade da atuação como uma exposição maior a adoecimentos e agravos relacionados ao trabalho sem nenhuma cobertura de seguridade social.

Todo esse caminho histórico que ainda impacta nas gerações e se atualiza em novas tecnologias de opressão, que tem como alguns de seus inúmeros exemplos o neoliberalismo e a flexibilização trabalhista, mantêm os mesmos corpos expostos às profundas desigualdades sociais que, automaticamente, retroalimentam o sem-fim de privilégios materiais e simbólicos da elite branca. Essa mesma aristocracia que conseguiu ascender socialmente no país graças aos incentivos e subsídios que receberam ao chegar no país e hoje outorgam a si o pleno direito de criticar qualquer luta política por equidade social. A identidade nacional se constrói para e pela exploração e dominação racial pelo trabalho forçado, assim como pelo estupro colonial da mulher negra realizado pelo homem branco outrora romantizado por um certo teórico branco (CARNEIRO, 2019). Portanto, observar o trabalho informal das mulheres que cozinham é fazer contato com nosso passado e perceber que ainda hoje ele se repete graças aos constantes apagamentos raciais e de gênero sustentados pela branquitude hegemônica, que insistem em universalizar os sujeitos tendo como parâmetro absoluto de comparação a prescindível figura do homem branco.

A extensa e praticamente ininterrupta carga horária de trabalho, bem como a constante exposição aos inúmeros estímulos e possibilidades da rua impacta consideravelmente no cuidado à própria saúde, que tende a ser tratada como secundária a tamanha ocupação com todas as outras atividades. As trabalhadoras informais possuem uma renda instável, que varia de acordo com a produtividade e não possuem seguridade social ou alguma cobertura de proteção à saúde, apesar do constante risco de sofrer algum acidente, adoecimento, ou agravo de quadro em função do trabalho. Considerando que os ausentes direitos trabalhistas, a extenuante carga horária e a constante meta de vendas a alcançar podem gerar adoecimentos psicológicos (ANDRADE, 2019), percebemos que a condição das trabalhadoras é de superexposição tanto à saúde física como mental. E que a exploração a que estão expostas é

inversamente proporcional ao acesso que fazem aos serviços de saúde e ao nível de bem-estar que demandam (CORRÊA, 2022).

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo foi uma tentativa de analisar as produções de agenciamentos que mulheres periféricas, trabalhadoras informais da comida de rua no centro comercial da cidade de Duque de Caxias, na Baixada Fluminense/RJ, apesar das diversas precariedades e exclusões que atravessam sistematicamente suas existências e do acúmulo de funções entre o trabalho na rua e o de cuidado doméstico.

O contato que tivemos foi de trocas bastante mobilizadoras. Pude perceber que as mulheres que contribuíram com este trabalho se sentiram à vontade para compartilhar suas histórias que, segundo elas, tendem a não ser reconhecidas tanto pelos absurdos que vivem cotidianamente quanto pelos nós que seguem “dando nós em pingos d’água”. Algumas das participantes eventualmente fazem contato, mandam mensagens, memes ou compartilham conteúdos.

Foi possível perceber através do campo que, ainda que não seja uma exclusividade feminina a venda de comida de rua, as mulheres ainda aparecem de forma predominante nas atividades de cozinhar e vender. Sobretudo mulheres negras, filhas e netas de outras mulheres que também exerceram (ou ainda exercem) a atividade de trabalho doméstico em que uma das funções é cozinhar, uma íntima correlação com a herança escravocrata do trabalho das ganhadeiras. O limite dessa pesquisa, entretanto, foi a impossibilidade de aprofundar as bases das diversas expressões da negritude e nos possíveis impactos às trabalhadoras de acordo com a faixa etária.

A atividade informal acontece, como pudemos conhecer alguns casos, pela escolha compulsória em conciliar a atividade profissional com o cuidado familiar de filhos, pais idosos e/ou familiares com necessidades especiais. Se é preciso que alguém da família abra mão do vínculo de trabalho formal em razão da responsabilidade de cuidar, a tendência é que essa iniciativa parta de mulheres. A divisão sexual e racial do trabalho assoberba as mulheres de trabalho e muitas não conseguem assumir outras funções além dessas. As aqui acompanhadas, tal qual sujeitas-cupins (DIAS, 2022), precisam construir túneis que lhes garantam construir novos espaços para si e para os seus.

Após o contato com o campo, ainda restaram muitas perguntas que poderiam ser desdobradas em tantas outras reflexões e que surgiram à medida que o conteúdo foi analisado. Quantas delas permaneceriam em trabalhos relacionados à culinária caso tivessem oportunidades, seja de tempo, políticas públicas ou dinheiro para investir em formação profissional? O que alcançariam se tivessem mais tempo para investir em si mesmas? Será

que há, ou em algum momento já houve, uma organização da sociedade civil feita por mulheres trabalhadoras informais no município de Caxias? E os casos de adoecimento delas, como se sustentam? Quantas perdem diariamente seus materiais de trabalho, seja em tempestades ou por roubos, furtos, apreensões da Guarda Municipal ou porque não conseguiram vender seus produtos e pereceram?

Como começamos a argumentar neste trabalho, o desdobramento histórico da colonialidade limitou e ainda limita os acessos a melhores condições de vida em muitos níveis: a América Latina permanece em um modelo de capitalismo dependente, nossos avanços vão só até onde a economia central viabiliza. Não por acaso, sofremos ainda uma série de interferências políticas, econômicas, culturais e sociais que retroalimentam as várias nuances da nossa subalternidade e, por consequência, mantêm a soberania branca europeia imperialista.

O mercado de trabalho é um problema estrutural básico em países de economia periférica e, no caso do Brasil, ainda há os motivos históricos que perpetuam as profundas desigualdades sociais. Existem várias expressões deles, alguns dos mais alarmantes que podemos considerar em associação a este trabalho são o apagamento do passado escravocrata como se não houvesse uma dívida histórica impagável sobre os três séculos e meio de práticas hediondas; e a flexibilização das leis trabalhistas, que aumentam o excedente de mão-de-obra. A migração também pode ser considerada como um dos motivos que partem da necessidade de driblar a pobreza e buscar melhores condições de vida.

Raça, gênero e classe são categorias fundamentais à exploração do capitalismo branco porque ele funciona a partir de uma lógica de expropriação bastante abrangente que vai da precarização da mão-de-obra até o trabalho reprodutivo de gênero. É um sistema que ao mesmo tempo que trata garantia de direitos fundamentais e básicos como “privilégios” promove a ideia de meritocracia, como se a ascensão social e a qualificação profissional fossem condições individuais e dependessem exclusivamente do empenho pessoal (BENTO, 2022). No caso dessas trabalhadoras, nada acontece em função de ilusões sobre merecer ou não alguma coisa. Elas trabalham a vida inteira, ininterruptamente para dar conta de alcançar o que buscam.

Essas premissas excludentes e embranquecidas desconsideram por completo a precarização salarial do trabalho informal, o acúmulo de função entre trabalho “porta adentro” e “porta fora”, sua sobrecarga física e mental e a ausência de direitos trabalhistas e assistências à saúde. Trabalhadoras informais que não possuem carga horária específica, férias ou possibilidades de redução de suas atividades estão muito mais suscetíveis a adoecimentos



físicos, mentais e agravos à condições de saúde.

Por fim, esta pesquisa foi também a oportunidade de seguir no aprendizado do meu papel na luta antirracista enquanto um corpo feminino periférico, lésbico e pardo com passabilidade de reconhecimento como branco pela conveniência da cultura do embranquecimento. O desejo de minimamente contribuir com produções acadêmicas contra-hegemônicas a fim de construir túneis junto com outras sujeitas-cupins que, assim como eu, veem sentido na educação, insistem nela apesar das intensas dificuldades e percebem a urgência política em ocupar espaços de dominação da branquitude, como é a ciência, para produzir registros que analisem e documentem as nossas vivências partir de perspectivas subalternas: “Produzir memórias é também construção simbólica, por um coletivo que revela e atribui valores à experiência passada e reforça os vínculos com a comunidade” (BENTO, 2022, p. 39).

Os pontos aqui discutidos, como o trabalho informal e a exploração de mão de obra feminina periférica e, sobretudo, negra ainda é uma realidade banalizada porque há a manutenção silenciosa de uma cultura de supremacia branca que não se permite sequer ser identificada pela ideia de raça, quiçá reconhecer suas vantagens materiais e simbólicas. Não basta concluir que os desdobramentos da intensa desigualdade se trata de racismo estrutural sem que seu conteúdo seja esmiuçado.

Por essa razão, há que se produzir conhecimento que registre memórias como estas, na tentativa de construir túneis com outras sujeitas-cupins que, assim como as trabalhadoras caxienses da comida de rua, corroem e comprometem as duras estruturas sociais.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, J. C. S. **Dos Barões ao extermínio**: uma história da violência na Baixada Fluminense. Rio de Janeiro: APPH-Clio, 2003.
- AMARO, T. **Baixada Fluminense**. 2012. Amigos do Instituto Histórico de Duque de Caxias. Disponível em: <http://amigosinstitutohistoricodc.com.br/?p=1>. Acesso em: 10 fev. 2022.
- ANDRADE, C. B. Casulo AC, Alves G, organizadores. Precarização do trabalho e saúde mental: o Brasil da Era Neoliberal. Bauru: Projeto Editorial Praxis; 2018. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 12, p. 4739–4742, 25 nov. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2019.v24n12/4739-4742/>. Acesso em: 10 fev. 2022.
- BARROS, R. B. de. Da noção de sujeito/objeto a de processos de subjetivação/objetivação. *In*: BARROS, R. B. de. **Grupo**: a afirmação de um simulacro. Coleção Cartografias. Porto Alegre: Editora Sulina, 2007. p. 232–236.
- BENTO, C. **O pacto da branquitude**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- BIRMAN, J. A Physis da saúde coletiva. **Physis**: Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 15, n. suppl, p. 11–16, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/MGJKwBxGS4gZjRMtNMFQ8md/?lang=pt>. Acesso em: 10 dez. 2022.
- BRAGA, N. L.; ARAÚJO, N. M. de; MACIEL, R. H. Condições do trabalho da mulher: uma revisão integrativa da literatura brasileira. **Psicologia**: teoria e prática, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 232–251, ago. 2019. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S1516-36872019000200008&lng=pt&nrm=iso&tlng=en](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1516-36872019000200008&lng=pt&nrm=iso&tlng=en). Acesso em: 10 dez. 2022.
- BRITO, J. C. de. Enfoque de gênero e relação saúde/trabalho no contexto de reestruturação produtiva e precarização do trabalho. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 195–204, jan. 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/qnbzLVqQPw6qNJrqZm4xh4S/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 jan. 2021.
- CARDOSO, R. de C. V.; SANTOS, S. M. C. dos; SILVA, E. O. Comida de rua e intervenção: estratégias e propostas para o mundo em desenvolvimento. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 4, p. 1215–1224, ago. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/tbZskQmwV8vdDq3pxH3cYtQ/>. Acesso em: 10 nov. 2021.
- CARNEIRO, A. A. *et al.* A invisibilidade do trabalho infantil doméstico no redesenho atual do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORAS/ES EM SERVIÇO SOCIAL, 1., 2018. **Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social** [...]. Vitória: UFES, 2018. v. 1, p. 1–14. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22542>. Acesso em: 28 mar. 2023.
- CARNEIRO, S. **Escritos de uma vida**. 1. ed. São Paulo: Editora Jandaíra, 2019.
- CMDC. Duque de Caxias: a cidade. 2013. **Câmara Municipal de Duque de Caxias**.

Disponível em: [https://www.cmdc.rj.gov.br/?page\\_id=1155](https://www.cmdc.rj.gov.br/?page_id=1155). Acesso em: 23 fev. 2022.

COLLINS, P. H. **Bem mais que ideias: a interseccionalidade como teoria social crítica**. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2022.

CORRÊA, R. M. **Cumé que a gente fica?** um olhar interseccional sobre a saúde da mulher negra. 2022. 118 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2022.

COSTA, M. da S. Trabalho informal: um problema estrutural básico no entendimento das desigualdades na sociedade brasileira. **Caderno CRH**, Salvador, v. 23, n. 58, p. 171–190, abr. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/yj6WzVDLPLscCtPjYVF7BHh/?lang=pt>. Acesso em: 20 out. 2021.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171–188, jan. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 nov. 2020.

CRUZ, E. A. **Água de barreira**. 5. ed. Rio de Janeiro: Malê, 2018.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

DIAS, M. S. **Direto da BXD, tô cantando pra você: culturas da periferia**. 2022. 154 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2022.

GOMEZ, C. M.; VASCONCELLOS, L. C. F. de; MACHADO, J. M. H. Saúde do trabalhador: aspectos históricos, avanços e desafios no Sistema Único de Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 6, p. 1963–1970, jun. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2018.v23n6/1963-1970/>. Acesso em: 20 jan. 2021.

GONCALVES, B. S. **Nos caminhos da dupla consciência: socialismo indo-americano, libertação e descolonização na América Latina**. 2014. 253 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/17679>. Acesso em: 20 jan. 2021.

GONÇALVES, L. A. P. *et al.* Saúde coletiva, colonialidade e subalternidades - uma (não) agenda? **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 43, n. spe8, p. 160–174, 7 ago. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/K6WrycmkxTftSzLpHKzn46f/?lang=pt>. Acesso em: 3 mar. 2023.

GONZALES, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, São Paulo, p. 223–244, 1987. Disponível em: <https://ria.ufrn.br/jspui/handle/123456789/2298>. Acesso em: 20 jan. 2021.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

IBGE. Cidades e estados, Duque de Caxias. 2021. **Instituto Brasileiro de Geografia e**

**Estatística.** Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rj/duque-de-caxias.html>. Acesso em: 23 fev. 2022.

IBGE. PIB dos municípios brasileiros. 2010. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.** Disponível em: [ftp://ftp.ibge.gov.br/Pib\\_Municipios/2010/pdf/tab01.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Pib_Municipios/2010/pdf/tab01.pdf). Acesso em: 28 nov. 2021.

ITIKAWA, L. F. Mulheres na periferia do urbanismo: informalidade subordinada, autonomia desarticulada e resistência em Mumbai, São Paulo e Durban. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Recife, v. 18, n. 1, p. 57–76, 30 abr. 2016. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/5138>. Acesso em: 20 jan. 2021.

KASTRUP, V. O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. *In*: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. da (org.). **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade.** Porto Alegre: Editora Sulina, 2009. p. 32–51.

KASTRUP, V.; BARROS, L. P. de. Cartografar é acompanhar processos. *In*: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. da (org.). **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade.** Porto Alegre: Editora Sulina, 2009. p. 52–75.

KASTRUP, V.; PASSOS, E. Cartografar é traçar um plano comum. **Fractal: Revista de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 263–280, 2013.

LEÃO, R. F.; OLIVEIRA, D. A.; APARECIDA, N. La salud del profesional y las condiciones de trabajo. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 6, n. 11, p. 301–313, 2012. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/233>. Acesso em: 26 fev. 2022.

LOPES, A. C.; FACINA, A.; SILVA, D. N. (Org.). **Nó em pingo d'água: sobrevivência, cultura e linguagem.** 1. ed. Florianópolis: Insular, 2019.

LUGONES, M. Colonialidade e gênero. **Tabula Rasa**, Bogotá, n. 9, p. 73–102, dez. 2008. Disponível em: [http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S1794-24892008000200006&lng=en&nrm=iso&tlng=es](http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1794-24892008000200006&lng=en&nrm=iso&tlng=es). Acesso em: 20 jan. 2021.

LUGONES, M. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935–952, 19 set. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755>. Acesso em: 1 dez. 2021.

MACHADO, T. de S. **Um pé na cozinha: um olhar sócio-histórico para o trabalho de cozinheiras negras no Brasil.** 1. ed. São Paulo: Fósforo Editora, 2022.

NOGUEIRA, C. M.; PASSOS, R. G. A divisão sociosexual e racial do trabalho no cenário de epidemia de COVID-19: considerações a partir de Heleieth Saffioti. **Caderno CRH**, Salvador, v. 33, p. 1–9, 22 dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/36118/23684>. Acesso em: 30 nov. 2021.

PASSOS, E.; BARROS, R. B. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. *In*: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. da (org.). **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade.** Porto Alegre: Editora Sulina, 2009. p. 17–31.

PNUD. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. 2013. **AtlasBR.** Disponível em:

<http://www.atlasbrasil.org.br/acervo/atlas>. Acesso em: 20 out. 2021.

POCHMANN, M. **O trabalho sob fogo cruzado**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. **Clacso**, Buenos Aires, , p. 117–142, 2005. Disponível em: [https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12\\_Quijano.pdf](https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf). Acesso em: 20 jan. 2021.

RATTS, A. **Eu sou Atlântica**: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. 1. ed. São Paulo: Instituto Kuanza, 2007.

ROLNIK, S. A vida na berlinda. *In*: COCCO, G. (org.). **O trabalho da multidão**: Império e Resistência vida na Berlinda. Rio de Janeiro: Editora Griphus, 2002. p. 109–120. Disponível em: <https://www.pucsp.br/nucleodesubjetividade/Textos/SUELY/Berlinda.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2021.

ROLNIK, S. **Cartografia sentimental**: transformações contemporâneas do desejo. 1. ed. Porto Alegre: Editora Sulina, 2007.

ROLNIK, S. **Esferas da insurreição**: notas para uma vida não cafetinada. 1. ed. São Paulo: N-1 Edições, 2019.

SILVEIRA, L. A.; RIBEIRO, M. A. C. Situando Duque de Caxias no contexto metropolitano da Baixada Fluminense: de cidade-dormitório a cidade plena. *In*: MARAFON, G. J.; RIBEIRO, M. A. (org.). **Revisitando o território Fluminense IV**. Rio de Janeiro: EDURJ, 2017. p. 209–258. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9788575114575.0012>. Acesso em: 10 dez. 2021.

## APÊNDICE A - ROTEIRO DE ATIVIDADE DE CAMPO

As observações serão registradas em diário de campo.

Quanto ao lócus:

- Observar as características geoespaciais, socioeconômicas e demográficas (acessibilidade em termos de transporte, tempo e condições de deslocamento, estrato social da população, proximidade a determinados tipos de áreas como praças, avenidas movimentadas, lojas).
- Verificar a oferta de comércio e lazer (feira, mercado, farmácia, academias de ginástica ou clubes, espaços de sociabilidade, rodas de samba, bares, etc.).
- Identificar a infraestrutura em termos de equipamentos públicos e comunitários no entorno do contexto selecionado (escolas públicas e privadas, serviços de saúde públicos e privados, serviços da assistência social, delegacias ou batalhão de policiamento militar, praças, quadras esportivas de acesso público, projetos sociais, etc.).
- Observar a organização social do contexto observado (atores e suas funções, hierarquias, simetrias, confluências, dinâmicas de funcionamento, dias e horários, entre outros).
- Observar as condições de trabalho e os objetos que dispõe para se manter no local durante todo o dia (cadeiras, mesas, guarda-sol, água. E banheiro, tem nas proximidades? É pago? Onde fica? Quais as condições de higiene?).

Em termos das trabalhadoras selecionadas (observar e descrever):

- Perfil quanto ao gênero, cor/raça, classe social, escolaridade, tipo de produto comercializado, etc.
- Formas de interação entre diferentes atores quanto à: sociabilidade, amizade, relação profissional, comunitária, relações afetivos-sexuais, uso de drogas, violências, relações de gênero, entre outros aspectos, visando identificar relações de poder, hierarquias, distinções, simetrias, estereótipos, canais de diálogo, acolhimento, lideranças, *outsiders*).
- Formas de comunicação entre os indivíduos e grupos (verbais, não ver-

bais/corporais). Códigos locais, categorias empregadas, expressões típicas (nativas).

- Estilos e apresentações de si, queixas, demandas, silêncios, crenças e valores coletivos, entre outros.

Em termos das interações entre sujeito-pesquisadora e sujeito-pesquisada, registrar (descrever):

- Por quem foi introduzido; como negociou sua entrada no campo.
- Como foi apresentado, como se apresentou e como apresentou os objetivos do estudo (a presença do pesquisador em campo deve ser justificada).
- Como foi percebido no campo (o pesquisador também está sendo observado).
- Implicações dos marcadores sociais (gênero, cor, classe, orientação sexual) nas relações interpessoais no trabalho de campo.
- Interlocutores privilegiados/informantes-chave (com os quais teve maior convívio).

## APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA

### Informações pessoais

- Nome e idade
- Onde nasceu? De onde é a família? (em DC tem muitos migrantes nordestinos).
- Onde e com quem mora atualmente? (é casada, tem filhos/mora com outros parentes?).  
Se houver filhos:
  - Qual (is) a(s) idade(s) dele(s)?
  - Onde/com quem ficam enquanto está trabalhando?
  - Eles costumam vir trabalhar com você? Com que frequência?
- Além do trabalho, atualmente tem outra atividade? (Estuda, faz algum curso de qualificação profissional?)

### Trabalho

- Como foi a escolha de trabalhar com comida?
- Há quanto tempo trabalha vendendo comida? Sempre foi na rua?
- É você quem prepara?
- Conta um pouco da rotina de preparo do trabalho: a comida, a compra de ingredientes e embalagens, a limpeza dos materiais. Quais as diferenças entre o começo das vendas e de agora? Melhorou? Piorou?
- Você conta com a ajuda de alguém para o preparo? Quem colabora?
- E o ponto de venda, como foi a escolha dele?
- Você paga algo para manter esse local?
- Qual o seu horário de atendimento? Além da venda na rua, também aceita encomendas?
- Descreva um dia típico do seu trabalho, desde a hora que acorda até a hora que vai dormir.
- Para você, o que é um bom dia de trabalho? E um dia ruim, como é?



### **Condições de trabalho**

- Como faz para ir ao banheiro? É aqui perto? Tira horário de almoço? Onde costuma almoçar?
- Você tem algum dia de folga? Qual costuma ser?
- O que costuma fazer quando não está trabalhando?
- Você consegue poupar alguma reserva para emergências?
- E quando adoece, como fica a rotina de trabalho?
- Tem/já teve algum comprometimento na saúde? Qual foi a causa?  
Você acha que está relacionado com o seu trabalho?
- Atualmente lida com algum tratamento de saúde? Onde costuma buscar assistência médica?

### **Violências**

- Você já sofreu algum tipo de violência? Poderia contar como foi?
- E no seu trabalho na rua? Já se sentiu discriminada ou já sofreu agressão verbal ou física? Procurou ajuda de alguém ou de algum profissional de Saúde?

## APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

### Trabalhadoras informais da comida de rua em Duque de Caxias

Prezada participante,

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa “**Trabalhadoras informais da comida de rua em Duque de Caxias: Estratégias de sobrevivência no trabalho e na saúde**”, coordenada por Camila Athayde de Oliveira Dias, mestranda em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz (ENSP/FIOCRUZ), sob a orientação das Profas Dras Cristiane Batista Andrade e Fernanda Mendes Lages Ribeiro da mesma instituição.

O objetivo central do estudo é analisar o trabalho das mulheres atuantes no comércio informal de comida de rua em Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, e seus impactos no cotidiano tanto do trabalho quanto do âmbito pessoal, considerando as intersecções de gênero, raça, classe social e território.

O convite a sua participação se deve a ser uma trabalhadora informal do comércio de comida de rua no centro comercial de Duque de Caxias/RJ. Sua participação é voluntária, isto é, ela não é obrigatória, e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como retirar sua participação a qualquer momento. Você não será penalizada de nenhuma maneira caso decida não consentir sua participação, ou desistir dela.

Porém, como benefício indireto de sua participação, acreditamos que suas experiências poderão contribuir com o melhor conhecimento do tema e como lidam com os obstáculos como discriminações e violências no âmbito do trabalho informal e da vida em sociedade.

A confidencialidade e privacidade das informações por você prestadas serão garantidas através da tomada das seguintes medidas: apenas as pesquisadoras do projeto, que se comprometem com o dever de sigilo e confidencialidade terão acesso a seus dados e não farão uso destas informações para outras finalidades; qualquer dado que possa identificá-la será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa; todo o material coletado será armazenado em local seguro, com acesso apenas das pesquisadoras envolvidas.

A sua participação consistirá em responder perguntas de um roteiro de entrevista com a pesquisadora do projeto, que terá em média 60 minutos de duração. A entrevista somente será gravada se houver a sua autorização. A gravação pode ser pausada ou interrompida a

qualquer momento a seu pedido. As entrevistas serão transcritas e armazenadas em arquivos digitais e terão acesso a elas apenas a pesquisadora e suas professoras.

A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, você poderá solicitar dos pesquisadores informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos meios de contato explicitados neste Termo. Ao final da pesquisa, todo material será mantido em arquivo, por pelo menos 5 anos, conforme Resoluções do CNS nº 466/12 e nº 510/16 e, com o fim deste prazo, será descartado OU Ao final da pesquisa, todo material será mantido permanentemente em um banco de dados de pesquisa, com acesso restrito, sob a responsabilidade da pesquisador/a coordenador/a, para utilização em pesquisas futuras, sendo necessário, para isso, novo contato para que você forneça seu consentimento específico para a nova pesquisa que será submetida a avaliação do Comitê de Ética.

Consideramos que toda pesquisa tem riscos potenciais. Identificamos, na presente pesquisa, risco de constrangimento ou desconforto na abordagem a algum tema. Para minimizá-lo, a entrevista será realizada pela pesquisadora responsável, que é psicóloga e tem experiência com pesquisas que envolvem o tema da violência e realização de entrevistas, em diálogo permanente em equipe. Se você se sentir emocionalmente desconfortável e precisar de auxílio médico e/ou psicológico, as pesquisadoras poderão encaminhá-la a serviços de saúde da rede municipal ou serviços conveniados.

Os resultados da pesquisa serão apresentados às participantes em reuniões de devolutiva por meio da elaboração de um Sumário Executivo, de artigos científicos e da apresentação em congressos e seminários.

Este documento denominado TCLE é redigido em duas vias, sendo uma para o participante e outra para a pesquisadora. Todas as páginas deverão ser rubricadas pelo participante e pela pesquisadora responsável, ou pessoa por ela delegada e sob sua responsabilidade, com ambas as assinaturas apostas na última página.

Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, você pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da ENSP. O Comitê é formado por um grupo de pessoas que têm por objetivo defender os interesses dos participantes das pesquisas em sua integridade e dignidade e assim, contribuir para que sejam seguidos padrões éticos na realização de pesquisas. Tel do CEP/ENSP: (21) 2598-2863. E-Mail: [cep@ensp.fiocruz.br](mailto:cep@ensp.fiocruz.br). Endereço: Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca/ FIOCRUZ, Rua Leopoldo Bulhões, 1480 – Térreo - Manguinhos - Rio de Janeiro – RJ - CEP: 21041-210. Horário de atendimento ao público: das 9h às 16h”. Acesse <https://cep.ensp.fiocruz.br/participante-de-pesquisa> para maiores informações.

**Contato com o(a) pesquisador(a) responsável:**

Camila Athayde de Oliveira Dias

Mestranda do Departamento de Estudos sobre Violência e Saúde Jorge Careli da Escola Nacional de Saúde Pública (CLAVES/ENSP/FIOCRUZ).

Tel: (21) 97497-1502.

E-mail: camila.athayderj@gmail.com

Endereço: Avenida Brasil 4036 sl 700, CEP:21040-361, Manguinhos/Rio de Janeiro/RJ.

Rio de Janeiro, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

---

Nome e Assinatura do pesquisador de campo

Declaro que entendi os objetivos e condições de minha participação na pesquisa intitulada “**Trabalhadoras informais da comida de rua em Duque de Caxias: Estratégias de sobrevivência no trabalho e na saúde**” e concordo em participar.

Autorizo a gravação da entrevista.

Não autorizo a gravação da entrevista.

---

(Assinatura e nome do participante da pesquisa)